



**Universidade Eduardo Mondlane**  
**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**  
**Departamento de Ciência Política e Administração Pública**  
**Licenciatura em Ciência Política**

**Processo de Resolução de Conflitos em Moçambique:  
análise da participação da Igreja Católica na mediação de conflitos político-  
eleitorais (1994-2019)**

**Timóteo Avelino Bene**

**Supervisor: Elísio Emanuel Muendane, MA**

**Maputo**

**2021**

**Timóteo Avelino Bene**

**Processo de Resolução de Conflitos em Moçambique:  
análise da participação da Igreja Católica na mediação de conflitos político-eleitorais  
(1994-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

**Supervisor: Elísio Emanuel Muendane, MA**

**Maputo  
2021**

**Timóteo Avelino Bene**

**Processo de Resolução de Conflitos em Moçambique: análise da participação da Igreja Católica na mediação de conflitos político-eleitorais (1994-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

**Data de Aprovação:** 29/04/2021

**Mesa de Júri:**

**O Presidente:** Armindo Manhica, MA  
(Universidade Eduardo Mondlane)

**O Supervisor:** Elísio Muendane, MA  
(Universidade Eduardo Mondlane)

**O Oponente:** Salvador Forquilha, PhD  
(Universidade Eduardo Mondlane)

**Maputo**

**2021**

**Timóteo Avelino Bene**

**Processo de Resolução de Conflitos em Moçambique: análise da participação da Igreja Católica na mediação de conflitos político-eleitorais (1994-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

Data de Aprovação: 29 / 04 /2021

**Mesa de Júri:**

O Presidente: [Assinatura]  
(Universidade Eduardo Mondlane)

O Supervisor: [Assinatura]  
(Universidade Eduardo Mondlane)

O Oponente: [Assinatura]  
(Universidade Eduardo Mondlane)

**Maputo**

**2021**

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que a presente monografia nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que o mesmo constitui resultado da minha investigação pessoal, estando citadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes utilizadas na sua elaboração.

O licenciando:

---

(Timóteo Avelino Bene)

Maputo, 19 de Abril de 2021

## DEDICATÓRIA

Aos meus avós *Bartolomeu e Isabel (in memoriam)*, eternas saudades;

Aos meus pais *Avelino e Alda*;

Aos meus irmãos *Isabel, Bartolomeu, Erica e Dinis*, e ao meu sobrinho *Elfran* que sirva  
de inspiração;

Aos promotores da paz em Moçambique.

## AGRADECIMENTOS

À Deus pela graça da vida, pela inspiração e por tudo quanto tem permitido que ocorra em minha vida. Aos meus pais Avelino Bene e Alda Macambaco e irmãos Isabel Teresa, Bartolomeu, Erica e Dinis, pelo amor, apoio incondicional e amizade. À tia Nelma, pela ternura e apoio moral e material concedido durante este percurso todo.

Ao meu professor e supervisor, Elísio Muendane pelo acompanhamento e pelo conhecimento partilhado. Agradeço igualmente pela confiança e oportunidade de participar num projecto de pesquisa por si coordenado, foi uma excelente experiência.

Aos Professores do Departamento de Ciência Política e Administração Pública pelo conhecimento transmitido durante a formação, especialmente aos Professores Zefanias Matsimbe e Jaime Guiliche, pelo carinho, pelas oportunidades e vivências, bem como pela confiança dada para, ao seu lado, monitorar as disciplinas por si regidas. Tenho-vos como fontes de inspiração!

Ao Professor Eric Morier-Genoud pela leitura do meu trabalho, ainda na fase prematura, pelas recomendações e sugestões feitas e pelos textos partilhados comigo.

Aos colegas das turmas de Ciência Política e Administração Pública pela oportunidade que me concederam de interagir convosco e juntos prepararmo-nos para a vida, de modo particular ao Américo Maluana, Carlos Siteo e Júlio Rito pelas nossas profundas conversas e companheirismo. Ao Albano Brito e Dulcídio Sambo, obrigado pelos incentivos, comentários e sugestões ao meu trabalho.

Ao meu grupo de estudo e amigos, os melhores de sempre, Amino Meguigy, Anuska Dlamine, Francisco Mbendzane, Júlio Chambisso, Kátia Marques, Leopoldina Hanhane e Rúben Ucucho. Aos amigos de sempre Dion Cabaia, Emanuel Rungo e Ivan Chiconela, homens de grande perseverança e entusiasmo. À Hortência Franco e ao Carlitos Mugodoma pela amizade e companheirismo. Coragem jovens!

A todos que se dispuseram a prestar informações, bem como a disponibilizar documentos relevantes para a elaboração do trabalho, sobretudo os funcionários da Biblioteca Central Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane, da Direcção Nacional de Assuntos Religiosos e da Igreja Católica, nos seus diversos departamentos.

## **EPÍGRAFE**

*A religião não é apenas fonte de conflito violento, mas também fonte de paz. A religião em si mostra preferência em perseverar pela paz através de meios pacíficos e pela combinação da promoção de paz com a promoção da justiça.*

J. L. C. FLYNN

(Divine Diplomacy: Religion's role in International Society, 2007)



## RESUMO

As eleições em Moçambique foram seguidas por períodos de tensão político-militar, daí a necessidade de repensar instituições e um acordo de paz capazes de proporcionar uma reconciliação nacional efectiva. Esta pesquisa analisa a participação da Igreja Católica no processo de resolução de conflitos político-eleitorais em Moçambique de 1994 a 2019. Para tal, adoptou-se a metodologia qualitativa e a perspectiva neo-institucionalista, aliada à *Multi-track diplomacy* para compreender o fenómeno. Conclui-se que a Igreja Católica viu desafiada a sua relevância histórica na resolução dos recentes conflitos em Moçambique. No entanto, não obstante as transformações que as sociedades políticas vão sofrendo, a intervenção da religião, particularmente da Igreja Católica na esfera pública moçambicana mostra-se imprescindível, sobretudo quando se trata de processos de mediação e reconciliação de grupos políticos em conflitos.

**Palavras-chave:** Política, Religião, Eleições, Resolução de Conflitos, Igreja Católica, Moçambique.

## ABSTRACT

Elections in Mozambique are followed by periods of political-military tension, a situation that brought about the need to rethink institutions and peace agreement capable of providing effective national reconciliation. This research analyses the participation of the Catholic Church in the process of political-electoral conflict resolutions in Mozambique from 1994 to 2019. For the materialization of the work, the qualitative methodology and the neo-institucional perspective were adopted, together with *Multi-track diplomacy approach*. It is concluded that the Catholic Church saw his legacy challenged in the recent conflict resolution process. However, despite the transformations that political societies are going through, the presence and intervention of religion, particularly of the Catholic Church in the Mozambique public sphere, is essential, especially when it comes to mediation and reconciliation processes of political groups in conflict.

**Key-words:** Politics, Religion, Elections, Conflict Resolution, Catholic Church, Mozambique.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ADS** – Associação Desenvolvimento e Sociedade
- AGP** – Acordo Geral de Paz
- CEM** – Conferência Episcopal de Moçambique
- CISLAMO** – Conselho Islâmico de Moçambique
- CEJP-IC** – Comissão Episcopal de Justiça e Paz da Igreja Católica
- COREM** – Conselho das Religiões de Moçambique
- CC** – Conselho Constitucional
- CCM** – Conselho Cristão de Moçambique
- CDD** – Centro para Democracia e Desenvolvimento
- CNE** – Comissão Nacional das Eleições
- DDR** – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
- DNAR** – Direcção Nacional de Assuntos Religiosos
- EISA** – Instituto Eleitoral para Democracia Sustentável em África
- FDS** – Forças de Defesa e Segurança
- FRELIMO** – Frente de Libertação Nacional
- MDM** – Movimento Democrático de Moçambique
- MJACR** – Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
- OE** – Observatório Eleitoral
- OGE's** – Órgãos de Gestão Eleitoral
- ONUMoz** – Operação das Nações Unidas em Moçambique
- PDD** – Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento
- RENAMO** – Resistência Nacional de Moçambique
- STAE** – Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

## SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE HONRA .....	i
DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS .....	iv
EPÍGRAFE .....	v
RESUMO .....	vi
ABSTRACT .....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	viii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1. Introdução.....	1
1.1. Problema de pesquisa.....	3
1.2. Objectivos .....	8
1.2.1. Objectivo geral .....	8
1.2.2. Objectivos específicos .....	8
1.3. Justificativa .....	8
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA .....	10
2. Estado da Arte .....	10
2.1. Secularização ou de-secularização dos Estados? .....	10
2.2. A religião como promotor de conflitos .....	14
2.3. Religião no processo de resolução de conflitos .....	18
2.4. Quadro teórico .....	22
2.4.1. Neo-institucionalismo histórico.....	22
2.4.2. Teoria da <i>multi-track diplomacy</i> .....	24
2.5. Modelo de Análise .....	25
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....	27
3. Metodologia .....	27
3.1. Limitações da pesquisa .....	29
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	30
4. Relação entre instituições religiosas e o Estado.....	30
4.1. A religião no regime de partido único .....	30
4.2. O Estado e a religião depois de 1990.....	34
5. Igreja Católica, Eleições e Resolução de Conflitos em Moçambique.....	39
5.1. Participação da Igreja Católica em processos eleitorais .....	39
5.1.1. Os apelos dos Bispos através das Cartas Pastorais.....	40
5.1.2. Observação dos processos eleitorais.....	42
5.2. A entrada da Igreja Católica na mesa das negociações.....	46
5.3. Acordos de Paz em Moçambique: entre continuidades e rupturas .....	51
6. Conclusão.....	54
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	56
ANEXOS.....	67

### 1. Introdução

Desde os tempos mais remotos, a religião esteve presente na vida das sociedades e tem acompanhado o processo de construção do Estado. Há uma percepção de que a relação entre as instituições religiosas e o poder político no mundo sofreu profundas transformações, despoletando não só a necessidade de se prestar maior atenção aos interesses dos diversos grupos religiosos, mas também levantando questionamentos em relação às formas de conceber a religião e a política. Hoje, a religião conseguiu se posicionar estrategicamente, de tal maneira que sua influência nos assuntos políticos não só se tornou imprescindível, como também necessária<sup>1</sup>.

Esta pesquisa, subordinada ao tema *Processo de resolução de conflitos em Moçambique: análise da participação da Igreja Católica na mediação de conflitos político-eleitorais (1994-2019)*, visa essencialmente fazer uma análise em torno da participação da Igreja Católica no processo de resolução de conflitos políticos em Moçambique, sobretudo e especificamente aqueles que decorrem da realização de eleições.

As eleições em Moçambique são seguidas por um conjunto de eventos que criam um prolongado período de instabilidade e tensão político-militar, alguns mais intensos que os outros, resultante da não-aceitação dos resultados eleitorais pelos partidos políticos da oposição<sup>2</sup>. Este cenário traz a necessidade de repensar instituições mais inclusivas, justas e capazes de assegurar uma estabilidade pós-eleitoral. Como tal, a Igreja Católica e as suas lideranças mostram-se bastante participativas neste processo de resolução de conflitos e é neste âmbito que surge esta pesquisa, consistindo em fazer uma análise em torno da participação da Igreja Católica e das suas lideranças no processo de resolução de conflitos em Moçambique.

---

<sup>1</sup> WUTHNOW, Robert. Understanding Religion and Politics. *American Academy of Arts and Sciences*. 1991, p. 1.

BERGER, Peter. The Desecularization of the World: A Global Overview. In BERGER, Peter. *The Desecularization of the World: resurgent religion and world politics*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1999, pp. 2-4.

<sup>2</sup> CHAIMITE, Egídio. *Administração eleitoral em Moçambique: reformas necessárias*. IESE, nº 92. 2016. FORQUILHA, Salvador. *Descentralização e conflito em Moçambique: os desafios da construção do Estado*. IESE – Desafios para Moçambique 2017.

A pesquisa pretende responder à pergunta *em que medida a Igreja Católica contribui para a resolução de conflitos político-eleitorais em Moçambique?* Considerando que as organizações religiosas têm potencial para resolver conflitos e exercer influência na esfera política, sugere-se que a Igreja católica contribui para o processo de prevenção e resolução de conflitos político-eleitorais em Moçambique através da emissão das exortações pastorais e da reaproximação e condução das partes em conflito a um diálogo permanente para a resolução das suas diferenças, respectivamente.

Em termos metodológicos, a pesquisa é do tipo qualitativa, e pauta pela combinação do uso da entrevista e da pesquisa documental como técnicas de colecta de dados sobre o fenómeno estudado. A amostra privilegiou várias personalidades relevantes de diferentes segmentos da sociedade que tomaram parte dos processos de negociação, nomeadamente: representante da Direcção da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (DNAR), Bispos, organizações religiosas, actores partidários e académicos. A nível teórico adoptou-se a combinação do neo-institucionalismo na sua vertente histórica – dada a relevância dos fenómenos passados para a compreensão da realidade actual –, com a *Multi-track Diplomacy* por privilegiar, dentre vários aspectos, a participação política de novos actores que não seguem nenhuma agenda política, como as organizações religiosas.

A pesquisa está estruturada em quatro (4) capítulos: no primeiro capítulo são apresentadas as notas introdutórias, definindo o tema que se pretende estudar, o problema da pesquisa, os objectivos a realizar, a hipótese e a justificativa. No segundo capítulo faz-se uma revisão da literatura, por um lado, definindo e relacionando os principais conceitos e, por outro, apresentando o quadro teórico mobilizado para a pesquisa.

O terceiro capítulo foi concebido por forma a albergar o quadro metodológico sobre o qual realizar-se-á a pesquisa. Neste capítulo são apresentadas as técnicas mobilizadas para a recolha e tratamento de dados necessários para a materialização do trabalho. No quarto capítulo é feita a apresentação e análise dos resultados. Aqui é apresentada a relação entre as instituições religiosas e o Estado, a análise da participação da Igreja Católica nos processos eleitorais e o seu contributo na resolução de conflitos em Moçambique. Não menos importante, são apresentadas, ainda neste capítulo, as principais constatações, em forma de conclusão.

## 1.1. Problema de pesquisa

Com o alcance das independências, muitos Estados africanos foram governados por regimes de partido único situação que contribuiu para a eclosão da violência política que, por sua vez, se manifestou através de prolongadas guerras civis, golpes de Estado, etc. Para superar esta crise de governação acreditava-se que a democratização seria um significativo catalisador de paz e estabilidade<sup>3</sup>, uma solução ao ambiente de instabilidade que dominava no continente. Como tal, nos finais da década de 1980 os líderes africanos iniciaram um processo de reformas políticas em direcção à institucionalização do poder político, ou seja, à introdução de eleições multipartidárias, as quais passavam a ser o legítimo mecanismo de selecção das lideranças em África<sup>4</sup>. Entretanto, há que observar que as eleições democráticas também podem servir de catalisador de conflitos e até mesmo precipitar a violência em larga escala, como se pôde observar em Estados como Angola, Ruanda, Libéria, que voltaram à guerra depois de um processo eleitoral<sup>5</sup>.

Como mostra a história, o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal criou condições para a instauração de um processo de transição de poder envolvendo Portugal e suas colónias, traduzindo-se na independência de Moçambique em 1975. Neste âmbito, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) se auto-intitulou como o único aparelho com legitimidade para controlar a máquina administrativa do Estado. Por conseguinte, a Frelimo inicia um projecto de governação assente num sistema monopartidário, que preconizava, dentre vários aspectos a proibição da formação de novos partidos políticos, proibição de greves e a restrição da actividade religiosa<sup>6</sup>. Este projecto alienou diversos segmentos da população, alguns dos quais serviram de base de apoio ao emergente movimento armado – a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo). Muito cedo o país mergulhou numa guerra civil cujo término data de 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) como resultado de um processo de negociação mediado pela Igreja Católica<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver Huntington (1994); Clark (2007); Lynch e Crawford (2011).

<sup>4</sup> POSNER, Daniel; YOUNG, Daniel. The institutionalization of political power in Africa. *Journal of Democracy*, v. 18, nº 3, 2007.

PREMPEH, Kwasi. Progress and Retreat in Africa: Presidents Untamed. *Journal of Democracy*, v. 19, nº 2, 2008.

<sup>5</sup> PARIS, Roland. *At war's end: building peace after civil conflict*. New York: Cambridge University Press, 2004.

<sup>6</sup> Ver Geoffrey (1990); Cabrita (2000); Bertelsen (2016).

<sup>7</sup> Ver Alden (2001); Resende e Almeida (2018).

O AGP teve a força de uma lei e previa um projecto político de construção da paz, reconciliação e democratização através de eleições multipartidárias, descentralização e Estado de direito<sup>8</sup>. Neste âmbito, com a aprovação deste instrumento, associado à Constituição da República de 1990, seguiram, em Moçambique, seis processos eleitorais multipartidários – em 1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019 – todos ganhos por candidatos do partido Frelimo<sup>9</sup>. O que caracteriza todos esses processos eleitorais é a rejeição dos resultados por parte dos partidos da oposição<sup>10</sup>, gerando uma onda de conflitos pós-eleitorais, uns mais intensos em relação aos outros.

As eleições fundadoras em Moçambique – descritas como as “eleições possíveis” – tiveram lugar em 1994, foram pacíficas e a aceitação dos resultados não levantou contestação dado contexto em que foram realizadas<sup>11</sup>. O cenário violento das eleições começa a ganhar espaço, sobretudo, a partir das segundas eleições gerais, realizadas em 1999, quando a Renamo contesta os resultados e reivindica a recontagem dos votos, sob ameaça de dividir o país a partir do Rio Save. Com o fracasso das conversações entre o Governo e a Renamo para a superação desta tensão, este último organizou uma série de demonstrações com a intenção de paralisar o país, culminando com a perda de vidas humanas em Montepuez, província de Cabo Delgado, em resultado de confrontações com a polícia e sufocação de alguns cidadãos por superlotação nas prisões<sup>12</sup>.

Uma estratégia para fazer face aos permanentes conflitos eleitorais e o fraco desempenho das comissões eleitorais, e em resposta às reivindicações da Renamo, passou pela reforma da lei eleitoral, sobretudo na composição da Comissão Nacional de

---

<sup>8</sup> IGREJA, Victor. Amnesty, law, political struggles for legitimacy and violence in Mozambique. *Internacional Journal of Transitional Justice*, v. 9, 2015, p. 240.

<sup>9</sup> É fundamental salientar que para além de eleições gerais, foram realizadas cinco eleições autárquicas: 1998, 2003, 2008, 2013 e 2018.

<sup>10</sup> DARCH, Colin. *Uma história de sucesso que correu mal?* O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica. FES, p. 9.

THE CARTER CENTER. *Observação das eleições de Moçambique 2004, 2005*.

TERENCIANO, Fidel; BRAGA, Maria; SOUZA, Carlos. *Partidos e competição eleitoral nas eleições de 2014 em Moçambique*. 2016, p. 54.

<sup>11</sup> Nuvunga, Adriano. *Multiparty democracy in Mozambique: strengths, weaknesses and challenges*. EISA, 2005. p. 2.

ALDEN, Chris. *Mozambique and the construction the new African State: from negotiation to nation building*. New York: Palgrave MacMillan, 2001, pp. 36-67.

Mawson, Amy. *op.cit.*, p. 9 nota 83.

<sup>12</sup> BRITO et al. *Moçambique 2003: uma avaliação do potencial de conflito*. CEP-UEM. 2003, p. 20.

MACUANE, José. *Reforma, contestação eleitoral e consolidação da democracia em Moçambique*, Maputo: Revista Inter-Universitária, v. 1, nº 3, 2010, p. 115.

Nuvunga, A. *op.cit.*, p. 6 nota 11.



Eleições (CNE) e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE)<sup>13</sup>. Portanto, foi neste contexto de reformas e consensos eleitorais que se realizaram as eleições gerais de 2004, marcadas por práticas não democráticas, como discursos que semeavam terror e promoviam a guerra em caso de perda das eleições por parte da Renamo, altos níveis de abstenção, casos de fraude e má conduta por parte dos partidos políticos e dos Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE's)<sup>14</sup>.

Os sinais de aproximação de um clima de tensão político-militar prolongado registaram-se em 2009 com a mudança de residência de Afonso Dhlakama para se estabelecer na província de Nampula, após perder nas eleições. Desde então, os confrontos militares ganharam ímpeto, causando destruição de bens e mortes<sup>15</sup>. À semelhança do que aconteceu nas primeiras eleições municipais em 1998, o partido Renamo boicotou as eleições locais de 2013, rejeitou a proposta do Governo da reforma eleitoral e continuou a lançar seus ataques armados.

Contudo, as eleições gerais previstas para 2014 tiveram lugar – ainda que num contexto de preocupações de segurança, negociações e tensões políticas – decorrente da assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares entre o Governo e a Renamo, representados por Armando Guebuza e Afonso Dhlakama, respectivamente, a 25 de Julho de 2014. Entretanto, uma vez publicados os resultados das eleições, Afonso Dhlakama rejeitou-os e acusou a Frelimo e o seu candidato de terem manipulado o escrutínio. A Renamo obteve uma maioria de votos nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala e, por via disto, sugeriu a criação de “governos

---

<sup>13</sup> BRITO, Luís. Revisão da Legislação Eleitoral. Algumas Propostas para o Debate”: 91- 107, In Brito. L. et al. (Org), *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo: IESE.

MACUANE, José. *op.cit.*, p. 116 nota 12.

<sup>14</sup> The Carter Center: *op.cit.* 2005, pp. 1-80.

MACUANE, José. *op.cit.*, p. 116 nota 12.

<sup>15</sup> IGREJA, Victor. *Os recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique*. Maputo: IESE, 2015, p. 49.

CAHEN, Michael. Mozambique: une guerre civile si évitable. *Le Monde*, 2015.

BARBIER, Adrien. Au Mozambique, la guerre silencieuse. *Le Monde*, 2016.

GORJÃO, Paulo. Moçambique: um país à beira do precipício. *IPRIS Comentário*, nº 48. Publicado em 29 de Abril de 2016.

RESENDE, Madalena; ALMEIDA, Claudia. O papel da Igreja Católica na democratização pós-guerra em Angola e Moçambique. *Relações Internacionais*, 2018, p. 56.

autónomos”, mas tal proposta foi rejeitada por Armando Guebuza, que a considerou de “anarquia”, bem como pelo parlamento, alegando “inconstitucionalidade”<sup>16</sup>.

Inconformado com a situação, Dhlakama voltou às matas de Gorongosa e as suas tropas retomaram ao lançamento de ofensivas militares que só cessaram com a assinatura do Acordo de Paz Definitiva e Reconciliação Nacional, a 6 de Agosto de 2019<sup>17</sup>, pelo Presidente da República, Filipe Nyusi e o líder da Renamo, Ossufo Momade<sup>18</sup>. Foi neste cenário que tiveram lugar as sextas eleições gerais, em Outubro de 2019, com a novidade de que os governadores provinciais passariam a ser eleitos directamente pelos eleitores. Não obstante os resultados das eleições consagrarem a vitória a Filipe Nyusi e ao seu partido Frelimo, a Renamo manteve seu compromisso de manter e promover a paz e a tensão pós-eleitoral que vinha caracterizando as eleições em Moçambique não ganhou espaço, com excepção dos ataques perpetrados pela Junta Militar, liderada por Mariano Nhongo – movimento de membros dissidentes da Renamo.

A cada conflito que eclodisse, ligado aos pleitos eleitorais, numerosas personalidades locais e internacionais, bem como organizações da sociedade civil faziam vários apelos à paz e ao diálogo<sup>19</sup> e a Igreja Católica, de modo particular, mostrou-se interessada em mediar essa situação, quando foi solicitada a constituir o grupo de mediadores, previamente seleccionados pelas partes em conflito. Era necessário se repensar um novo acordo de paz que fosse definitivo; era necessário reinventar soluções, talvez de maior alcance que o AGP.

Portanto, foi baseando-se na ocorrência desses fenómenos de tensão político-militar que caracterizam as eleições em Moçambique e considerando a atenção dada à necessidade de se instaurar um processo de resolução do conflito pelas diversas organizações da sociedade civil, incluindo as confissões religiosas, que surge esta pesquisa. O problema

---

<sup>16</sup> CAHEN, Michael. Mozambique: une guerre civile si évitable. 2015.

CORTÊS, Emmanuel. Porquê o conflito armado em Moçambique? Enquadramento teórico, dominância e dinâmica de recrutamento nos partidos da oposição. *Observatório Político*, nº 63, 2016, p. 13.

THE CARTER CENTER. *Presidential, legislative and provincial assembly elections in Mozambique – October 2014*. Maputo, 2015, p. 51.

<sup>17</sup> ZACARIAS, Amós; SILVA, Romeu. Moçambique: assinando o acordo de paz definitiva e reconciliação nacional. DW – Maputo. publicado a 06 de Agosto de 2019, acessado a 25 de Agosto de 2020 às 17h42.

<sup>18</sup> Com a morte de Afonso Dhlakama, Ossufo Momade ascende ao poder como líder do maior partido da oposição. Dhlakama morreu em Maio de 2018, num contexto em que estavam a decorrer as negociações para pôr fim ao conflito que assolava o país.

<sup>19</sup> <https://www.voaportugues.com/a/catolicos-lanacam-apelo-a-paz/2947046.html>

<https://www.rfi.fr/pt/mocambique/20160101-apelos-de-religiosos-e-politicos-paz-em-mocambique>

levantado nesta pesquisa situa-se na análise das relações entre o Estado e a religião, cuja preocupação central consiste em analisar a participação da Igreja Católica no processo de resolução de conflitos políticos-eleitorais em Moçambique no período de 1994 a 2019.

As relações entre a Igreja Católica e o Estado Moçambicano são remotas, e a presença desta confissão religiosa mostrou-se relevante ao longo da história da construção do Estado moçambicano, sobretudo quando esta é solicitada a intervir nos assuntos políticos com vista a estabelecer um ambiente de estabilidade entre os diversos actores políticos, principalmente no período pós-eleitoral. Entretanto, não basta a simples vontade de querer participar no processo de resolução desses conflitos. É fundamental perceber as condições sobre as quais a Igreja Católica e suas lideranças são convidadas a participar dos processos de resolução desses conflitos. Ainda neste âmbito, é necessário perceber as limitações e constrangimentos que estes sofrem ao longo do processo na tentativa de reunir consenso entre as partes conflitantes e que implicações têm nos resultados que decorrem das decisões que são tomadas.

Enfim, a introdução de instituições democráticas nos anos 1990 mudou o panorama socio-político e económico moçambicano, criando condições para uma maior participação das confissões religiosas nos assuntos do Estado. Neste âmbito, a pesquisa pretende responder à pergunta:

- *Em que medida a Igreja Católica contribui para a resolução de conflitos políticos-eleitorais em Moçambique?*

## **1.2. Objectivos**

### **1.2.1. Objectivo geral**

- Analisar a participação da Igreja Católica no processo de resolução de conflitos político-eleitorais em Moçambique de 1994 a 2019.

### **1.2.2. Objectivos específicos**

- Demonstrar a relação entre o Estado e as diferentes confissões religiosas desde os primeiros anos da independência até a actualidade;
- Explicar os mecanismos de participação e o contributo da Igreja Católica nos processos eleitorais;
- Analisar o papel da Igreja Católica e das lideranças religiosas no processo de resolução de conflitos.

## **1.3. Justificativa**

A temática sobre Política e Religião, de modo mais concreto as relações que se estabelecem entre as instituições do Estado e as instituições religiosas no processo de resolução de conflitos, foi escolhida por ser uma matéria pouco explorada na academia, e, por conseguinte, a literatura ser escassa, particularmente no contexto moçambicano.

O estudo em causa faz cobertura aos eventos eleitorais ocorridos entre o período de 1994 a 2019 em Moçambique. Neste período, Moçambique realizou seis (6) processos eleitorais – especificamente em 1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019 – para a eleição do Presidente da República, dos Deputados da Assembleia da República e das Assembleias Provinciais, nestas últimas, também para a eleição dos Governadores Provinciais. Este período é relevante uma vez que em todos estes processos eleitorais, com excepção das eleições de 1994 e as de 2019, seguiu-se uma onda de instabilidade ou tensões político-militares que conduziram à realização de várias rondas de negociação, envolvendo várias entidades, de modo particular as confissões religiosas, como a Igreja Católica, por forma a resolver os antagonismos existentes.

A escolha da Igreja Católica deve-se ao facto de ela mostrar-se politicamente participativa, sobretudo nos processos eleitorais – elemento que lhe confere autoridade para participar em processos de resolução de conflitos políticos. Seu interesse em matéria de boa-governança e justiça social, aliado à sua capacidade institucional e

organizativa permitem à Igreja Católica mobilizar vários segmentos da sociedade, inclusive o Governo e a Renamo, a engajar-se na promoção da paz e estabilidade no país. Não menos importante, a escolha deve-se ao facto de a Igreja Católica já ter participado, aliás, liderado o processo de negociações entre o Governo e a Renamo, o qual terminou com a assinatura do AGP em Roma, em 1992.

Em termos teóricos, esta pesquisa torna-se pertinente na medida em que pretende, não apenas confrontar as conclusões levantadas pelos teóricos que defendem o declínio ou a perda do poder explicativo da teoria da secularização, mas também contribuir para o levantamento de hipóteses com vista a perceber a influência das organizações religiosas no curso da acção política, particularmente no processo de resolução de conflitos. Num contexto em que, não só as organizações religiosas, como também as suas lideranças, ganharam uma grande visibilidade no sistema internacional, de modo particular em Moçambique, esta pesquisa constitui um meio para a compreensão da génese e das dinâmicas do envolvimento desses actores na esfera política.

Sob ponto de vista prático, a pesquisa em causa cria condições para a compreensão das estratégias de mediação dos actores religiosos em relação aos conflitos políticos. Não obstante, esta temática possibilita compreender de forma mais profunda as condições sobre as quais os *peacemakers* religiosos operam no exercício de suas funções como mediadores, salientando os constrangimentos institucionais e limitações a que estão sujeitos e o impacto disso no resultado final do processo de resolução de conflitos. Não menos importante, a pesquisa fornece evidências do contributo das instituições religiosas nos processos políticos em Moçambique.

### 2. Estado da Arte

#### 2.1. Secularização ou de-secularização dos Estados?

A religião apresenta-se nas Ciências Sociais como uma dimensão de grande relevância para a compreensão da realidade social. Embora seja um termo que pouco reúne consenso em termos conceptuais, a religião pode ser definida como:

- O reconhecimento e crença na existência e acção de seres espirituais ou ordem invisível que afecta o comportamento dos seres humanos.<sup>20</sup>
- Um sistema de crenças e práticas orientadas para o sagrado ou o sobrenatural, através do qual as experiências de vida de grupos de pessoas recebem significado e direcção.<sup>21</sup>
- Um conjunto de crenças que conecta o indivíduo a uma comunidade e, por sua vez, a um sentimento de ser ou propósito que transcende o indivíduo e o mundano.<sup>22</sup>

Como se pode verificar, estas definições trazem consigo elementos essenciais que nos permitem conceptualizar a religião. Por um lado, falam de um conjunto de crenças que configuram o comportamento dos indivíduos e definem um quadro sobre o qual estes devem pensar e agir. Por outro, realça-se o elemento sobrenatural que é essencial pois “permite diferenciar religiões de ideologias seculares”<sup>23</sup>. Esta definição abrange as crenças e práticas espirituais da grande maioria da população do mundo. É a existência de um ser sobrenatural que inspira membros de uma determinada religião e sobre esta entidade superior as crenças e símbolos se originam.

Na análise da literatura sobre a participação da religião na vida política dos Estados, e de forma particular para fins desta pesquisa, importa partir da noção de secularização, muito importante para a compreensão da relação entre o Estado e a Religião.

---

<sup>20</sup> ABBINK, Jon. Religion and politics in Africa: the future of “the secular”. *Africa Spectrum*, nº 3, 2014, p. 85.

<sup>21</sup> Smith (1996: 5) *apud* GIL, Anthony. Religion and comparative politics. *Annual Review of Political Science*, nº 4, 2001, p. 120.

<sup>22</sup> BERGER, Peter. *op. cit.*, nota 1.

<sup>23</sup> GIL, Anthony. *op. cit.*, p. 120 nota 21.

Um dos investigadores que se preocupou em reflectir em torno da relação entre a religião e o Estado e da tese sobre a secularização em particular é Robert Wuthnow. No seu artigo<sup>24</sup>, Wuthnow disserta sobre os modelos explicativos da relação que se estabelece entre as instituições religiosas e o poder político, e uma das abordagens que ele apresenta é a da modernização, muito ligada à noção de secularização. Esta perspectiva estabelece uma distinção entre as sociedades tradicionais ou em desenvolvimento e as sociedades modernas<sup>25</sup>, sugerindo que à medida que as sociedades tradicionais vão se movendo rumo à modernização, as relações entre a religião e o Estado vão sofrendo mudanças<sup>26</sup>.

Há um conjunto de conceitos que definem a noção de secularização, boa parte desses compreendendo qualquer um, ou uma combinação, dos seguintes:

- Declínio das práticas e crenças religiosas;
- Declínio da autoridade religiosa;
- Divisão entre as esferas públicas e religiosas (separação entre Estado-Religião);
- Ausência ou desaparecimento da religião da esfera pública<sup>27</sup>.

Como tal, a tese da secularização pressupõe o declínio da religião acompanhando a disseminação da modernidade, isto é, refere-se ao facto de a religião ter uma posição menos proeminente ou influente nas sociedades modernas<sup>28</sup>.

Entretanto, a perspectiva da modernização não foi abraçada por muitos, principalmente quando há evidências sobre a forte influência da religião no curso da acção política dos Estados. Peter Berger é o primeiro pesquisador a trazer a ideia da de-secularização,

---

<sup>24</sup> WUTHNOW, Robert. Understanding Religion and Politics. *American Academy of Arts and Sciences*. 1991.

<sup>25</sup> Teóricos da modernização como Linz e Stephan sugerem que a distinção entre as sociedades tradicionais e modernas seria medida, dentre vários aspectos, pelo nível de industrialização, urbanização, abrangência do sistema educacional e capacidade administrativa do Estado.

<sup>26</sup> WUTHNOW, Robert. *op. cit.*, p. 1-5 nota 1.

SWATOS, William; CHRISTIANO, Kevin. Secularization theory: the course of a concept. *Sociology of Religion*, v. 60, nº 3, 1999, pp. 209-228.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p 228.

MEISENBERG, Gerhard. Secularization and Desecularization in our time. *The Journal of Social, Political and Economic Studies*, v. 36, nº 3, 2011, pp. 1-43.

ERTIT, Volkan. Secularization: the decline of the supernatural realm. *Religious*, v. 92, nº 9, 2018, pp. 1-18.

<sup>28</sup> WUTHNOW, Robert. *op. cit.*, p. 1-5 nota 1.

tratado no seu texto como contra-secularização. Na obra<sup>29</sup>, Berger nega a tese de que vivemos em um mundo secularizado, colocando em causa a teoria da secularização. Para este, a religião ainda exerce uma forte influência no mundo, e em alguns contextos, ela está presente na esfera pública mais do que nunca.

No meio à modernização, as instituições religiosas aperceberam-se que podem jogar um papel importante na vida social e política dos seus Estados, mesmo quando poucas pessoas acreditam ou praticam as crenças, valores e costumes que essas instituições religiosas representam. A teoria da secularização é falsificada quando é evidente a adaptação estratégica das instituições religiosas face às novas dinâmicas da sociedade. Os grupos religiosos sobreviveram e floresceram a um nível que nunca haviam alcançado por forma a adaptar-se aos alegados requisitos do mundo secularizado<sup>30</sup>. Como sugere Jonathan Fox, há um conjunto de factores que justificam o fortalecimento da religião com a era da modernização:

- Os esforços fracassados de modernização por governos seculares aumentaram a legitimidade da religião como uma ideologia de governo alternativa;
- Os excluídos pela modernização estão entre os mais propensos a juntar-se aos movimentos fundamentalistas;
- A modernização ampliou o espaço de participação política dos cidadãos, permitindo que os crentes coloquem o assunto religião na agenda política;
- Os meios tecnológicos de comunicação criaram condições para que as religiões coordenassem e disseminassem melhor suas ideias, seus valores e crenças;
- A modernidade criou maior mobilidade e envolvimento entre as instituições religiosas e políticas em muitas arenas, causando mais choques entre elas<sup>31</sup>.

Em muitas partes do mundo, inclusive em África e Europa, as relações entre as instituições religiosas e o poder político sofreram uma grande mudança nos finais do século XX, ao ponto de este desenvolvimento desafiar os *policy makers* e os líderes religiosos não só a prestar maior atenção aos interesses dos vários grupos religiosos que

---

<sup>29</sup> BERGER, Peter. *The Desecularization of the World: resurgent religion and world politics*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1999.

<sup>30</sup> Berger, Peter. *op. cit.*, p. 1-4 nota 1.

<sup>31</sup> FOX, Jonathan. World Separation of Religion and State into the 21<sup>th</sup> century. *Comparative Political Studies*, v. 39, n° 5, 2006, pp. 540.



constituíam uma sociedade, mas também a repensar a forma como se concebe a religião na sua relação com a política<sup>32</sup>.

Fox faz uma análise do grau de Separação da Religião e do Estado (SRAS na sigla inglesa) entre 1990 e 2002 em 152 países usando uma base de dados sobre Religião e Estado e constatou que usando uma rigorosa interpretação da SRAS – sem apoio do Estado à religião e sem restrições do Estado sobre a religião – nenhum Estado apresenta uma completa SRAS. Os resultados mostram ainda que o Envolvimento do Governo na Religião (GIR na sigla inglesa) aumentou ligeiramente entre 1990 e 2002. Estados com maioria islâmica apresentam altos níveis de apoio governamental à religião, diferentemente de Estados cristãos que apresentam baixos níveis de GIR. Democracias apresentam altos níveis de SRAS em relação aos Estados autocráticos, mas raramente têm uma completa SRAS. Os resultados desta pesquisa contradizem a ideia de que a SRAS é um elemento fundamental da democracia, bem como as previsões de que a religião deixará de ser um factor político e social importante na era da modernidade<sup>33</sup>.

Em suma, a ideia defendida pela perspectiva da secularização sobre a perda de influência, ou mesmo, o desaparecimento da religião da esfera pública é sobrevalorizada nas sociedades actuais, na medida em que a religião se mostra uma dimensão muito importante na vida política e social dessas sociedades. Ao contrário do que a teoria da secularização sugeria, a modernização criou condições para que a religião se notabilizasse na esfera pública, através do uso dos meios tecnológicos de comunicação, bem como pela introdução do assunto religião na agenda política decorrente da massiva participação dos cidadãos-crentes na política.

A literatura sobre a sociologia política da religião sugere que esta dimensão pode ser vista sob duas perspectivas: por um lado, como um agente de conflito e, por outro, como um agente de paz capaz de conduzir duas forças antagónicas a um consenso<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> WUTHNOW, Robert. *op. cit.*, p. 1 nota 1.

<sup>33</sup> FOX, Jonathan. *op. cit.*, nota 29.

<sup>34</sup> REYCHLER, Luc. Religion and conflict. *International peace Research Association*, v. 2, nº 1, 1997, pp. 19-38.

SMOCK, David. Religion in world affairs its role in conflict and peace. *US Institute of Peace*, 2008, pp. 1-9.

BASEDAU, Matthias; STRÜVER, Georg; VÜLLERS, Johannes. Cutting bread or cutting throats? Findings from a New Database on Religion, Violence and peace in Sub-Saharan Africa, 1990 to 2008. *Institute of Global and Area Studies*, nº 159, 2011, pp. 1-33.

BASEDAU, Matthias et al. Do religious factors impact armed conflict? Empirical evidence from Sub-Saharan Africa. *Institute of Global and Area Studies*, nº 168, 2011, pp. 1-32.

Sendo assim, na secção seguinte propusemo-nos a apresentar, ainda que de forma breve, um debate sobre essas duas vertentes como forma de perceber o impacto da articulação ou mobilização das crenças e valores religiosos na vida sociopolítica dos Estados.

## **2.2. A religião como promotor de conflitos**

O conflito é inerente à existência da natureza, do Homem, da sociedade, das instituições, do Estado e do Sistema Internacional. O conflito consiste numa situação social em que duas ou mais partes lutam, conscientemente, para a obtenção, ao mesmo tempo, de recursos escassos. No conflito, cada parte tenta enfraquecer, ferir ou eliminar a parte adversária para conseguir materializar seus intentos. O conflito pode se originar a partir das diferenças económicas, da mudança social, da formação cultural, do desenvolvimento psicológico e da organização política, traduzindo-se na formação de partes que possuem mutuamente objectivos ou interesses incompatíveis<sup>35</sup>.

Por muito tempo a religião foi conotada como uma fonte de conflito, uma base de apoio ao terrorismo, guerras civis, etc., e estudos têm sido desenvolvidos neste âmbito, focando-se no processo de de-secularização e origem de conflitos com teor religioso<sup>36</sup>. A manipulação da religião pelos líderes políticos, combinada com outros factores de ordem histórica, económica e política desenvolveu um sentimento de ódio e separatismo entre os diferentes grupos religiosos, cujo ápice foi a eclosão de uma série de confrontos armados gerando uma instabilidade prolongada<sup>37</sup>. Em Estados como Nigéria, Sudão e Serra Leoa, as desigualdades no tratamento entre muçulmanos e cristãos conduziram a confrontos militares envolvendo estes dois grupos. Estados como Iraque, Somália, Djibuti, Afeganistão, entre outros, estão mergulhados num ambiente de terrorismo islâmico, retardando seu processo de desenvolvimento e consolidação.

---

<sup>35</sup> VASCONCELOS-SOUSA, José. *Mediação*. 1ª ed. Quimera Editores, 2002.

<sup>36</sup> SVENSSON, Isak. Fighting with faith: religion and conflict resolution in civil wars. *The journal of conflict resolution*, v. 51, nº 6, 2007, pp. 930-949.

KISS, Peter. *Oslamic fundamentalism and political violence in Europe*. 2010.

SULTAN, Zulkifli; HASSAN, Muhammad. Insights from recent study on roots of violent radicalization in the UK. *Counter Terrorist Trends and Analysis*, v. 4, nº 5, 2012, pp. 2-6.

DOLNIK, Adam; GUNARATNA, Rohan. On the nature of religious terrorism. In HAYNES, Jeffrey. *Routledge Handbook of Religion and Politics*. New York: Routledge, 2009, p. 343.

<sup>37</sup> RONEN, Yehudit. Religious at war, religious at peace: the case of Sudan. *Zeitschrift fur Politik*, v. 52, nº 1, 2005, pp. 80-96.

MOLLER, Bjorn. Religion and conflict in Africa: with a special focus on east Africa. *DIIS Report*, nº 6, 2006, pp. 1-140.

CONTEH, Prince. The role of religion during and after the civil war in Sierra Leone. *Journal for the study of religion*, v. 24, nº 1, 2011, pp. 55-76.

SVENSSON, Isak. *op. cit.*, nota 34.

Nos finais do século XX, a religião emergiu como uma “força sombria”<sup>38</sup>, com as discussões sobre a relação entre religião e violência a abranger grupos que aparecem radicalmente diferentes: por um lado, os novos movimentos religiosos que operam fora das comunidades religiosas convencionais, por outro, os fundamentalistas que reivindicam a representação das tradições religiosas históricas<sup>39</sup>.

Dissertar sobre a noção de fundamentalismo não é tarefa fácil, mas há um consenso de que aqueles que se denominam fundamentalistas lutam contra o processo de secularização para que a religião não perca sua influência na esfera pública<sup>40</sup>. Facto é que qualquer que seja sua definição, o fundamentalismo destaca a existência de dois mundos: um com uma religião verdadeira e outro com uma religião falsa, influenciada pela secularização e pela profanação, pelo que é preciso combater esse mundo<sup>41</sup>.

No Cristianismo ocidental, onde o termo foi usado pela primeira vez nos finais do século XIX, o fundamentalismo emergiu por forma a identificar os evangélicos conservadores dentre as denominações protestantes, como reação contra a secularização da sociedade catapultada pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia<sup>42</sup>. Entretanto, a partir da década de 1970 o fundamentalismo ressurgiu muito associado às várias tendências na África do Norte e Médio Oriente, o que alguns referem-se ao “Islamismo”: uma ideologia militante dos movimentos islâmicos contemporâneos<sup>43</sup>.

Um movimento designado de fundamentalista caracteriza-se pela defesa da religião tradicional, uma tradição percebida por estar em corrupção ou sob ataque por um processo de modernização e secularização<sup>44</sup>, tal como é o caso do Al-Shabaab. Este

---

<sup>38</sup> Ver Bruce e Kaiser (2002); Emerson e Hartman (2006); Voor Het Regeringsbeleid e Scientific Council for Government Policy (2006); Barkun (2013); Groppi (2017).

<sup>39</sup> BARKUN, Michael. Religious Violence and the Myth of Fundamentalism. In Weinberg, Leonard; Pedahzur, Ami. Totalitarian Movements and Political religions. *A Frank Cass Journal*, v. 4, nº. 3, 2013, pp. 55-69.

<sup>40</sup> EMERSON, Michael; HARTMAN, David. The rise of Religious Fundamentalism. *Annual Review of Sociology*, v. 32, 2006, pp. 127-144.

BARKUN, Michael. *op.cit.*, nota 37.

<sup>41</sup> MOADDEL, Mansoor; KARABENICK, Stuart. Religious fundamentalism among young muslims in Egypt and Saudi Arabia. *Social Forces*, v. 86, nº 4, 2008, pp. 1675-1710.

DOLNIK, Adam; GUNARATNA, Rohan. *op. cit.*, p. 346 nota 34.

<sup>42</sup> ROBERTS, Pepe; SEDDON, David. Fundamentalism in Africa: Religion and politics. *Review of African Political Economy*, nº 52, 1991, pp. 3.

LOUMAGNE, Megan. *The rise of fundamnetalism and the concept of sin*, v. 106, nº 422, 2017, p. 186.

<sup>43</sup> ROBERTS, Pepe; SEDDON, David. *op.cit.*, nota 40.

EMERSON, Michael; HARTMAN, David. *op.cit.*, nota 38.

<sup>44</sup> Almond et al (1995) apud EMERSON, Michael; HARTMAN, David. *op.cit.*, nota 38.

grupo, baseado na Somália e conhecido por perseguir uma agenda islâmica terrorista<sup>45</sup>, é a força por detrás de muitos ataques na região, sobretudo em Quênia. Alguns pesquisadores sugerem que al-Shabaab ataca Quênia por razões estratégicas e altamente racionais, para além de compartilhar uma fronteira e tendo bases no sul da Somália mais próximo dos principais centros populacionais do que a Etiópia e Uganda.<sup>46</sup>

Um outro movimento que importa mencionar é o Boko Haram, um grupo cujas origens não estão claras, mas que, pela sua forma de actuação foi classificado, em 2016, como o mais mortal dentre os grupos terroristas<sup>47</sup>. Este movimento é baseado numa ideologia de ensino islâmico radical que rejeita muitos dos paradigmas Ocidentais e instituições não-islâmicas. Entanto que um grupo de “pessoas comprometidas com a propagação dos ensinamentos do profeta e da Jihad”, seu principal objectivo é subverter o Estado secular da Nigéria por um regime assente na interpretação rígida da lei islâmica da sharia<sup>48</sup>. Por isso, todos seus esforços, desde o lançamento de uma *jihad* à introdução de bombas suicidas em 2011<sup>49</sup>, visam materializar o objectivo pelo qual se deixam guiar.

Estes e mais grupos têm chamado a atenção de vários pesquisadores para a compreensão das razões que levam os indivíduos a se mobilizarem através da religião para reivindicar certo espaço na esfera pública. Hoje indaga-se sobre as razões por detrás do fundamentalismo, radicalização e terrorismo religioso que afectam o mundo como um todo<sup>50</sup>. Entretanto, ainda há que pesquisar os factores que levam os jovens a engajarem-se em movimentos religiosos radicais, as estratégias que os líderes desses movimentos usam para assegurar a continuidade do movimento, bem como as possibilidades de reversão do cenário violento que estes movimentos têm levado a cabo.

---

<sup>45</sup> BOTHA, Anneli. Radicalisation in Kenya: recruitment to al-Shabaab and the Mombassa Republic Council. *Institute for Security Studies*, n° 265, 2014, pp. 1-28.

WATKINS, Eric. Al-Shabaab militancy undermines Kenya's LAPSSET. *Counter Terrorist Trends na Analysis*, v. 8, n° 6, 2016, pp. 9-13.

RINK, Anselm; SHARMA, Kunaal. The determinants of religious radicalization: evidence from Kenya. *Journal of Conflict Resolution*, v. 62, n° 6, 2018, pp. 1229-1261.

<sup>46</sup> CANNON, Brendon; PKALYA, Dominic. Why al-Shabaab attacks Kenya: Questioning the Narrative Paradigm. *Terrorism an Political Violence*. 2017, p. 1-17.

<sup>47</sup> ONUOHA, Freedom. Why do youth join Boko Haram? *US Institute of Peace*, n° 348, 2014, pp. 1-13.

Zenn, Jacob. Demystifying al-Qaeda in Nigeria Cases from Boko Haram's Founding, Launch of Jihad and Suicide Bombings. *Perspectives on Terrorism*, v. 11, n° 6, 2017, pp. 173-189.

<sup>48</sup> ONUOHA, Freedom. *op. cit.*, p. 3 nota 45.

<sup>49</sup> Zenn, Jacob. *op. cit.*, nota 45.

<sup>50</sup> Ver Ghori (2007); Christmann (2012); Hinds (2013); Fahmi & Meddeb (2015); Kastoryano (2017); Groppi (2017); Campelo (2018).

Importa salientar que estudos até aqui feitos revelam que as razões que levam à radicalização ou ao fundamentalismo não se limitam à dimensão religiosa, pelo que urge também olhar para o contexto político, económico, social e intercultural do local de ocorrência desses fenómenos. As motivações pessoais e socio-psicológicas são concebidas como que concorrendo para a radicalização, compreendendo a marginalização e exclusão social, pobreza, baixos níveis de educação, pertença a grupos étnicos e religiosos específicos, eventos internacionais como migrações<sup>51</sup>. Ainda neste âmbito, o uso da internet e redes sociais tem sido uma estratégia fundamental para os radicalistas na medida em que serve de mecanismo de propaganda e disseminação de informação, assim como de mobilização das massas à aderir aos grupos radicais<sup>52</sup>.

Os ataques em Mocímboa da Praia, província nortenha de Moçambique, iniciados em 2017 por supostos grupos de militantes islâmicos radicais, não só com percepções de que estabelecem ligações com o Al-Shabaab como também se auto-intitulam membros desse movimento, são um caso claro de como um conjunto de aspirações pessoais e psicológicas, quando bem mobilizadas, podem conduzir a uma radicalização. Como mostram Habibe, Forquilha e Pereira<sup>53</sup> e Morier-Genoud<sup>54</sup>, a religião é uma variável importante para compreender a insurgência em desenvolvimento em Cabo Delgado.

Por todos esses aspectos, nota-se que a religião é instrumentalizada por forma a alcançar determinados fins. Os conflitos actuais que assolam o mundo têm uma certa expressão religiosa vinculada às identidades políticas. Não são apenas os *media* que veiculam notícias e análises sobre o papel da religião nos conflitos no Médio Oriente (Afeganistão, Síria, Israel, etc) e no Sudeste da Ásia (Camboja, Indonésia), mas também pesquisadores afirmam que a proporção de conflitos envolvendo a dimensão religiosa está aumentando (como é o caso dos muçulmanos e cristãos na Nigéria e Tanzânia).

---

<sup>51</sup> ORAV, Anita. Religious fundamentalism and radicalisation (briefing). EPRS, 2015, pp. 1-8.

PERLIGER, Arie; MILTON, Daniel. Motivations and radicalization of Jihadist foreign fighters. *Combating Terrorism Center at West Point*. 2016, pp. 15-33.

HINDS, Róisín. *Islamic radicalisation in North and West Africa: drivers and approaches to tackle radicalisation*. (rapid literature review). UK: GSDRC, University of Birmingham, 2013, pp. 1-19.

CAMPELO, Nicolas. Who are the European youths willing to engage in radicalisation? A multidisciplinary review of their psychological and social profiles. *European Psychiatry*, nº 52, 2018, p. 1-14.

<sup>52</sup> ORAV, Anita. *op.cit.*, nota 49.

KASTORYANO, Riva. *Radicalization in Europe*. 2017, 1-6.

<sup>53</sup> HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. *A radicalização islâmica no norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia*. Cadernos IESE. Nº 17, 2018.

<sup>54</sup> MORIER-GENOUD, Eric. The Jihadi Insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning. *Journal of Eastern African Studies*, 2020.

### 2.3. Religião no processo de resolução de conflitos

A religião não pode ser vista única e exclusivamente como uma dimensão social que propicia a eclosão de conflitos nos Estados. Como fora dito anteriormente, a religião, sobretudo as suas lideranças, têm um papel importante no processo de resolução de conflitos e manutenção da paz. A religião e suas lideranças têm desenvolvido percepções que oferecem ao mundo um compromisso com a paz, pela sua participação activa em processos de resolução de conflitos e estabelecimento da paz.

Compreenda-se resolução de conflitos como um processo que consiste em gerir um conflito e negociar uma solução. É melhor entendido como um modelo de trabalho que envolve dois elementos principais, a gestão de conflitos (processo de comunicação com vista a permitir uma deslocação de comportamentos e atitudes violentos para não violentos) e negociação (processo de comunicação para permitir que as partes em disputa obtenham um resultado positivo em relação às suas diferenças)<sup>55</sup>. O processo de resolução de conflitos pode assumir a forma de uma mediação por meio da qual os envolvidos numa negociação utilizam uma entidade, o mediador, para os apoiar e guiar nas diversas fases da mesma com vista a encontrar um acordo entre as partes<sup>56</sup>.

Como um dos elementos essenciais da democracia, a participação dos cidadãos é imprescindível para a manutenção, o aperfeiçoamento e a consolidação da democracia, bem como a garantia de sua legitimidade<sup>57</sup>. Neste âmbito, espera-se a existência de uma sociedade civil relativamente autónoma e valorizada, capaz de articular valores e defender seus interesses. E, é dentro dessa sociedade civil que encontramos os grupos religiosos que influenciam em outros campos, particularmente político, para prestar mediação em diversas circunstâncias<sup>58</sup>. Dito em outras palavras, as organizações religiosas mostram-se essenciais na resolução de conflitos na medida em que ajudam as partes a procurar por soluções que permitam valorizar de forma positiva os desacordos.

Num contexto em que a religião constitui uma fonte de conflito, ela mostra-se ao mesmo tempo um instrumento que, quando bem articulado, serve de fonte de paz. A

---

<sup>55</sup> KATZ, Neil; McNULTY, Kevin. *Conflict Resolution*, 1994, p. 9.

<sup>56</sup> VASCONCELOS-SOUSA. *op. cit.*, p. 14 nota 33.

<sup>57</sup> MARQUES, Francisco. A. Participação política, legitimidade e eficácia democrática, *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 593, 2010.

<sup>58</sup> LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred; *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*; São Paulo: Paz e Terra (trad. Patrícia de Queiroz carvalho Zimbres, 1999); 1996, p. 25-26.

religião não só conduziu à guerra civil em diferentes Estados, como também criou condições para a sua resolução. No Sudão, organizações religiosas, como o Conselho Mundial das Igrejas (WCC na sigla inglesa) e a Conferência de Todas Igrejas Africanas também se mostraram extremamente relevantes em torno do processo negocial com vista a por fim aos confrontos armados, tanto a primeira como a segunda guerra civil. Através de iniciativas religiosas para a paz, organizações como a *New Sudanese Council of Churches*, organizaram várias conferências locais entre as facções étnicas em conflito no Sudão de Sul para a resolução de suas disputas.<sup>59</sup>

Na Serra Leoa, a ideia de uma intervenção durante a guerra civil para a instauração da paz foi promovida pela Conferência Mundial de Religião para a Paz (WCRP na sigla inglesa), em 1997. Através da cooperação inter-religiosa promovida pelo Conselho Inter-religioso de Serra Leoa (IRCSL na sigla inglesa) em coordenação com o Conselho Mundial das Igrejas, a religião foi capaz de estabelecer a paz entre o governo e os proclamados rebeldes, assinando um acordo de cessação de fogo e hostilidades, em 1999<sup>60</sup>.

Em seu artigo<sup>61</sup>, Jeffrey Haynes demonstra tentativas parcialmente bem-sucedidas dos *peacemakers* religiosos de reconciliar comunidades anteriormente em guerra, ajudando assim a alcançar maior coesão social e fornecendo uma base crucial para o desenvolvimento humano. Em Nigéria, assiste-se, por um lado, os esforços levados a cabo por dois líderes religiosos, um islâmico (imã Muhammed Nurayn Ashafa) e um cristão (pastor James Movel Wuye), que criaram o Fórum de Diálogo Islão-Cristão com vista a resolver o conflito violento envolvendo as comunidades islâmica e cristã<sup>62</sup>. Por outro lado, a Associação Cristã Nigeriana (ACN) vem adoptando técnicas de diálogo progressivo inter-religioso como forma de assegurar que os conflitos sejam resolvidos e a paz seja construída, entanto que factores essenciais para alcançar o desenvolvimento humano.<sup>63</sup>

Em Camboja, destaca-se um líder budista, Maha Ghosananda, cujos esforços para ajudar a resolver o profundo conflito social do país e construir a paz foram notáveis. Por

---

<sup>59</sup> RONEN, Yehudit. *op.cit.*, nota 35.

<sup>60</sup> CONTEH, Prince. *op. cit.*, nota 35

<sup>61</sup> HAYNES, Jeffrey. Conflict resolution and peace-building: the role of Religion in Mozambique, Nigeria and Cambodia. *Commonwealth & Comparative Politics*, v. 47, nº 1, 2009.

<sup>62</sup> Id. 2009.

<sup>63</sup> ILO; Paul. Faith-based organizations and Conflict Resolution in Nigeria: the case of the Christian Association of Nigeria (CAN). *Journal of Global Initiatives*, v. 9, nº 2, 2014, pp. 99-208.

meio do Dhammayietra (uma importante iniciativa de paz e reconciliação que configura as normas, valores e ensinamentos budistas), Ghosananda deu uma contribuição importante e contínua, não apenas para o renascimento do budismo no Camboja, após os anos de depredação do Khmer Rouge e consequente instabilidade política, mas também para a possibilidade de o país desenvolver uma harmonia pós-conflito e um senso de propósito compartilhado e direcção. Líderes religiosos como Ghosananda dão esperanças de que, eventualmente, Camboja venha a ter paz e tranquilidade de novo.<sup>64</sup>

Em Moçambique, destaca-se o papel desempenhado pela Igreja Católica, representada pela comunidade Sant' Egídio, no processo de resolução do conflito armado envolvendo o Governo e a Renamo, cujos esforços se traduziram na assinatura de um acordo de paz e introdução da democracia no princípio dos anos 1990<sup>65</sup>. Os esforços da Igreja Católica notabilizaram-se na promoção da paz e democracia devido a autonomia legal e financeira em relação ao Estado, a realização de diálogos inter-religiosos e criação de alianças com outras organizações religiosas e as características das guerras civis que, pela sua dimensão geopolítica, abrem espaço para que organizações religiosas assumam o papel de mediador no processo de paz, e pelo facto dos esforços regionais terem falhado nas tentativas de mediação<sup>66</sup>.

A participação contínua da religião na vida política dos Estados manifesta-se em muitos países que passaram por confrontos militares e que alcançaram acordo de paz através da intervenção de organizações religiosas e suas lideranças. Muito mais que criar condições para o diálogo, as organizações religiosas ao redor do mundo, de modo particular em Quênia, Moçambique, Angola e Nigéria desempenham um papel construtivo de apoio ao processo de democratização como um actor da sociedade civil.

Em contextos democráticos, os grupos religiosos são vistos como fonte vital para a promoção da paz e da participação política dos cidadãos. A religião desempenha um papel importante na manutenção da democracia por meio da difusão de uma mensagem de paz e incentiva seus crentes, os cidadãos, a envolver-se na promoção da estabilidade política no país. Quando há alguma instabilidade no país, as lideranças religiosas são

---

<sup>64</sup> HAYNES, Jeffrey. *op.cit.*, nota 57.

<sup>65</sup> MORIER-GENOUD, Eric; ANOUILH, Pierre. *The Catholic Church in Mozambique under Revolution, War, and Democracy*. Queen's University and University of Bordeaux, Research Gate, 2012.

HAYNES, Jeffrey. *op.cit.*, nota 57.

<sup>66</sup> RESENDE, Madalena; ALMEIDA, Cláudia. *op.cit.*, pp. 44-45 nota 15.



chamadas a intervir e facilitar na busca de uma solução<sup>67</sup>. A título exemplificativo, as igrejas mostraram a sua contínua acção de promoção e construção da paz no processo negocial com vista a pacificar o conflito decorrente da não-aceitação dos resultados eleitorais de 2014 em Moçambique<sup>68</sup>, do mesmo modo que foram responsáveis pela resolução de conflito e reconciliação das partes envolvidas na violência pós-eleitoral nas eleições de 2008 e 2013 no Quénia<sup>69</sup>.

De qualquer forma, e embora não se tenha esgotado os estudos, este é o panorama que se pode ter quando se pretende analisar a relação entre o Estado e a Religião, de modo particular o papel exercido pela religião no processo de resolução de conflitos. Não obstante as transformações sociais, económicas e políticas que as sociedades políticas vão sofrendo, a presença e intervenção da religião na esfera pública mostra-se imprescindivelmente fundamental, principalmente quando se trata de processos de mediação e reconciliação de povos em conflito, seja ele em estado latente ou manifesto, sem com isso querer ignorar a sua capacidade de prestar serviços de carácter essencialmente social, úteis para o processo de desenvolvimento humano. Por meio de diálogos inter-religiosos, as organizações religiosas e suas lideranças são capazes de mediar e reconciliar partes em conflitos de natureza e dimensões diferentes.

---

<sup>67</sup> VILANCULOS, Júlio. *Role played by church and state in the democratisation process in Moçambique, 1975-2004*. Pretoria, 2013, p. 161.

<sup>68</sup> IGREJA, Victor. *op.cit.*, nota 15.

RESENDE, Madalena; ALMEIDA, Claudia. *op.cit.*, p. 53 nota 13.

<sup>69</sup> WAFULA, Nyongesa. *The role of the church in promoting reconciliation in 2008-2013 pos-election violence Kenya*. 2014.

## 2.4. Quadro teórico

Para fins desta pesquisa mobilizou-se duas abordagens teóricas para a compreensão da participação da religião no processo de resolução de conflitos: o neo-institucionalismo histórico e a *Multi-track Diplomacy*.

### 2.4.1. Neo-institucionalismo histórico

A perspectiva teórica mobilizada para compreender o fenómeno em estudo é o neo-institucionalismo histórico. O neo-institucionalismo constitui uma versão do institucionalismo clássico surgido nos finais do século XIX e predominou até a primeira metade do século XX, com tendências a descrever e analisar aspectos legais e formais das instituições governamentais e actividades oficiais<sup>70</sup>. O excessivo legalismo, o estruturalismo, o historicismo e análise normativa constituem, não somente as principais características do institucionalismo clássico, como também são os elementos que determinaram sua condenação no âmbito da análise científica, o que deu origem a uma versão mais consolidada, o neo-institucionalismo<sup>71</sup>.

O neo-institucionalismo, desenvolvido nos finais da segunda metade do século XX, olha para as instituições não como arenas neutras nas quais forças políticas se esgotam, mas como elementos que estruturam o acesso de forças políticas ao processo político<sup>72</sup>. Os teóricos do institucionalismo histórico definem instituições como “os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e officiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política”<sup>73</sup>.

Os teóricos dessa corrente tendem a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais, tendo se desenvolvido a partir de três variantes que, embora peculiares, partilham o enfoque dado às instituições formais e informais na configuração dos resultados socio-políticos<sup>74</sup>. Como tal, o neo-institucionalismo classifica-se em institucionalismo da escolha racional,

---

<sup>70</sup> NUREEV, Rustem. The Evolution of institutional Theory and its structure. In OLEINIK, Anton. *The Institutional Economics of Russia's Transformation*. London: Routledge. 2005, p. 11.

<sup>71</sup> PETERS, B. Guy. Institutionalism Old and New. In PETERS, B. Guy. *Institutional Theory in Political Science: the 'new institutionalism'*. London: A Cassell imprint. 1999, p. 1-24.

<sup>72</sup> PROCOPIUCK, Mario. *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública*. SP: Atlas, 2013, p. 105.

<sup>73</sup> HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. *Political Science and the three New Institutionalisms*. Paper presented at the MPIFG Scientific Advisory Board, May 9. 1996. p. 5.

<sup>74</sup> Idem. 1996. p. 5.

institucionalismo sociológico e institucionalismo histórico, contudo, para fins desta pesquisa mobilizar-se-á a vertente histórica do institucionalismo.

O institucionalismo histórico procura perceber as razões por detrás de uma decisão tomada e, a partir disso, determinados resultados ocorrem. Para além de procurar compreender a relação entre as instituições e o comportamento dos indivíduos, os teóricos desta vertente também se vinculam estreitamente a uma concepção particular do desenvolvimento ou trajectória histórica – *path dependency*. Sob esse ponto de vista, o passado influencia a política actual por meio de uma variedade de mecanismos, variando de instituições políticas concretas a padrões de associações de interesses<sup>75</sup>, tal com poderemos ver em relação a acção das diferentes confissões religiosas por forma a resolver os conflitos e na forma como as decisões são tomadas.

Os institucionalistas, sobretudo os que adoptam um enfoque histórico, partem da constatação de que o processo de criação ou reforma institucional envolve conflito de poder, para trazer à nossa atenção o modo como as relações de poder inscritas nas instituições existentes conferem a certos actores ou interesses mais poder do que a outros no tocante à criação de novas instituições<sup>76</sup>. Em Moçambique foram assinados três acordos de paz com vista a pôr fim aos conflitos entre o Governo da Frelimo e a Renamo na busca pelo poder. A partir do neo-institucionalismo histórico se pode fazer uma leitura da forma como a questão da paz é tratada em Moçambique, quer sob ponto de vista de observância das partes em conflito, quer sob ponto de vista dos actores envolvidos para a mediação do conflito.

Este modelo teórico vai nos permitir compreender como os acordos de paz são estabelecidos em Moçambique para pôr fim aos conflitos, olhando concretamente a trajectória dos conflitos, as partes envolvidas nos conflitos e as respectivas agendas de negociação ou reivindicações. Ou seja, sob esta perspectiva, poderemos perceber elementos de continuidade e/ou ruptura entre os acordos de paz assinados ao longo da história de Moçambique independente.

---

<sup>75</sup> THELEN, Kathleen; STEINMO; Sven. Historical institutionalism in comparative politics. In THELEN, Kathleen; STEINMO; Sven; LONGSTRETH, Frank. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 2.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. *op.cit.*, p. 7 nota 69.

<sup>76</sup> HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. *op.cit.*, p. 21 nota 69.

#### 2.4.2. Teoria da *multi-track diplomacy*

O conflito é um fenómeno complicado que requer uma abordagem multidimensional para uma efectiva gestão. A *Multi-track Diplomacy* é uma abordagem formulada com o estabelecimento do *Institute of Multi-Track Diplomacy* em 1992, que descreve actividades interconectadas levadas a cabo por indivíduos ou instituições que cooperam com vista a prevenir ou resolver conflitos através de sessões de negociação<sup>77</sup>.

A *Multi-track Diplomacy* privilegia a entrada de novos actores e dinâmicas no processo de resolução de conflitos. Como tal, esta abordagem promove a participação, não apenas de representantes oficiais do Estado (*Track-one Diplomacy*), mas também de actores não-governamentais (*Track-two Diplomacy*)<sup>78</sup>. Ao envolver actores que não estejam ligados ao conflito, amplia-se o espaço para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes para a resolução de conflitos. A *Multi-track Diplomacy* incorpora aspectos de mediação do nível mais baixo referente ao trabalho da sociedade civil e de personalidades às negociações ao mais alto nível, envolvendo chefes de Estado<sup>79</sup>.

A *Multi-track Diplomacy* é também caracterizada pela sua visão holística do conflito que lhe permite identificar conflitos não apenas na sua fase manifesta, mas nos seus diferentes estágios<sup>80</sup>. Uma estratégia que lida apenas com a gestão do conflito está mais susceptível a falhar. A reconstrução, a resolução e a prevenção de conflitos devem ser parte de qualquer estratégia sustentável. Como tal, é importante incluir o quanto possível, novos actores e objectivos locais e nacionais com vista a suportar a implementação da mudança em direcção à paz. Diante da evolução tecnológica e da globalização, os *peacemakers* são chamados a desenvolver estratégias de *networking* que promovam a prevenção de possíveis conflitos e tornar a mudança no pós-conflito mais sustentável<sup>81</sup>.

---

<sup>77</sup> HOSSAIN, Sharoar. *Application of Multi-track Diplomacy for peacebuilding: a case study of reconciliation process of post Kargil War*. p. 4.

DUDOUE, Véronique; DRESSLER, Matteo. *From power mediation to dialogue facilitation: assessing the European Union's approach to Multi-track Diplomacy*. Berghof Foundation. 2016, p. 10.

<sup>78</sup> WEHRENFENNIG, Daniel. Multi-track Diplomacy and Human security. *Human Security Journal*, v. 7, 2008, p. 83.

MAPENDERE, Jeffrey. Track-one and a half diplomacy and the complementarity of tracks. *Culture of Peace Online Journal*, v. 2, nº 1, 2006, pp. 66-81.

<sup>79</sup> HOSSAIN, Sharoar. *op. cit.*, p. 4, nota 73.

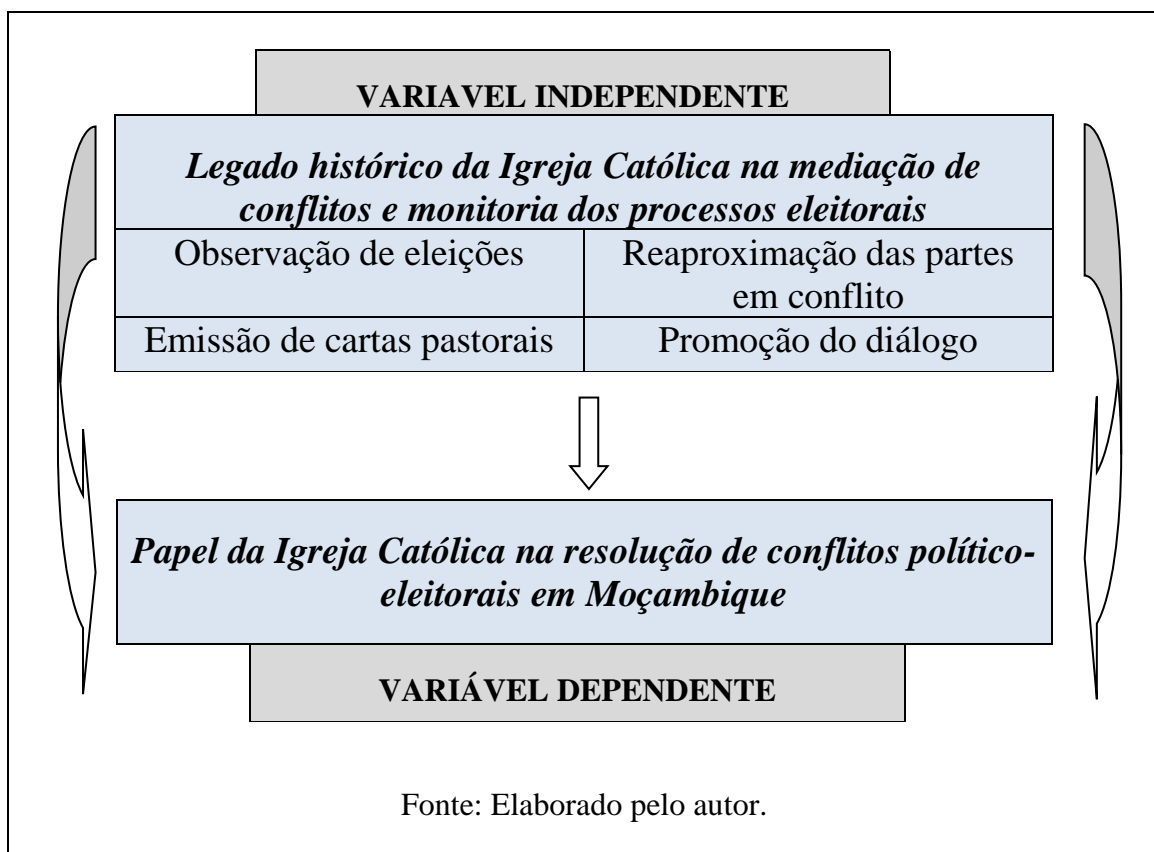
<sup>80</sup> WEHRENFENNIG, Daniel. *op. cit.*, p. 82 nota 74.

<sup>81</sup> *Ibid.* 2008, p. 85.

A entrada de uma terceira parte mostrou-se bastante relevante para a resolução de conflitos ao longo da construção do Estado em Moçambique, principalmente para reaproximar as partes em conflito e estabelecer um diálogo entre si. A *Multi-track Diplomacy* vai nos permitir compreender como e quando é que a terceira parte, neste caso a Igreja Católica, chega a tomar parte dos processos de mediação de conflitos, qual é o seu papel nesse processo, que limitações ou desafios enfrentam no decorrer do processo. Não menos importante, este modelo fornece pressupostos para perceber as estratégias adoptadas pela Igreja Católica na busca de soluções que satisfaçam os objectivos das partes e promovam uma mudança positiva.

## 2.5. Modelo de Análise

Esta pesquisa visa essencialmente analisar a participação da Igreja Católica na resolução de conflitos político-eleitorais em moçambique no período de 1994 a 2019. Neste sentido, considerou-se como variável dependente a participação da Igreja Católica na resolução de conflitos e a variável independente o legado histórico da Igreja Católica na mediação de conflitos e na monitoria dos processos eleitorais.



A relação histórica que a Igreja Católica estabelece com o Estado moçambicano confere-lhe um estatuto especial dado seu potencial em mediar conflitos. Como tal, existe a percepção de que o sucesso da Igreja Católica na mediação da guerra civil em Moçambique e sua imparcialidade neste processo cria um ambiente de confiança entre as partes em conflito, situação que favorece a ocorrência de um diálogo permanente com vista a alcançar consensos.

A não observância plena dos pressupostos do Acordo Geral de Paz e a falta de reconciliação nacional, aliados ao facto de as eleições serem seguidas por períodos mais ou menos longos de tensão político-militar faz com que a participação das confissões religiosas, de modo particular a Igreja Católica, seja de extrema importância, sobretudo para reaproximar as partes em conflito a um diálogo.

A emissão das cartas pastorais pela Igreja Católica é histórica e fornece elementos de prevenção de ocorrência de conflitos. Por meio deste documento da Igreja em Moçambique, os Bispos católicos dão seu contributo, a sua visão sobre como alguns aspectos da vida do Estado poderiam ser conduzidos, como a questão da transparência e credibilidade eleitoral, boa-governança, justiça social e promoção da paz.

A Igreja Católica tem observado as eleições, desde a realização das primeiras em 1994, elemento que lhe permite conhecer de perto as dinâmicas dos processos eleitorais em Moçambique. Este elemento agrega valor para a participação desta confissão religiosa no processo de resolução de conflitos, para além de conferir autoridade à Igreja para propor soluções para a resolução dos conflitos, durante a negociação.

Enfim, chama-se atenção para o facto de que a participação da Igreja Católica na resolução de conflitos em Moçambique pode ser resultado da combinação de factores. No entanto, a emissão de exortações pastorais, a observação dos processos eleitorais e a reaproximação das partes em conflito a um diálogo são alguns dos elementos que podem ajudar a analisar a participação da Igreja Católica na Resolução de conflitos político-eleitorais em Moçambique.

### 3. Metodologia

Para a concretização de uma pesquisa pressupõe-se que o pesquisador defina técnicas de investigação, é neste sentido que, nesta secção, pretende-se definir os mecanismos por meio dos quais vai se proceder para o alcance dos objectivos definidos na pesquisa.

Quanto ao tipo de pesquisa, adoptou-se a metodologia qualitativa, a qual tem em vista analisar e interpretar a realidade mais profunda e complexa do comportamento humano<sup>82</sup>. Esta metodologia não emprega, necessariamente, procedimentos ou técnicas estatísticas para analisar o problema<sup>83</sup>. Pelo contrário, a metodologia qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”<sup>84</sup>. A partir da metodologia qualitativa será possível fazer uma leitura do significado, percepções e interpretações que a Igreja Católica e suas lideranças atribuem aos processos políticos, ao ponto de tomarem parte dos processos de resolução de conflitos e de construção da paz em Moçambique.

O método de abordagem adoptado é o indutivo, dado que consiste numa linha de raciocínio que coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares e, geralmente, chega-se a conclusões que são apenas prováveis.<sup>85</sup>

A metodologia qualitativa, *per si*, já sugere, ao pesquisador, técnicas alternativas de colecta de dados por forma a conhecer seu objecto<sup>86</sup>. Dessas técnicas, adoptou-se para esta pesquisa a entrevista, a qual pressupõe o estabelecimento de uma interação envolvendo um entrevistado e um entrevistador. Por esta via o entrevistador procede à recolha de informação necessária à compreensão do objecto em análise que dificilmente

---

<sup>82</sup> MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. *Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 269.

<sup>83</sup> SOARES, Edvaldo. *Metodologia Científica: lógica, epistemologia e normas*. São Paulo: Atlas, 2003, p. 19

MICHEL, Maria H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 33.

<sup>84</sup> MINAYO, Maria. *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 21-22 *apud* MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. *op.cit.*, p. 271, nota 67.

<sup>85</sup> GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 9.

<sup>86</sup> Marconi & Lakatos (2009, p. 275) apresentam a observação, a entrevista e a história de vida como técnicas de colecta de dados a partir da aplicação da metodologia qualitativa.

poderia ser apreendida adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade<sup>87</sup>. E, porque a entrevista pode ser categorizada dependendo do propósito do investigador, adoptou-se nesta pesquisa a entrevista semi-estruturada como forma de assegurar que o entrevistado tenha maior liberdade em tratar a questão que lhe for colocada e, deste modo, obter uma vasta gama de informações sobre o assunto<sup>88</sup>.

Por forma a recolher dados relevantes à pesquisa, foram entrevistadas 15 pessoas provenientes de vários segmentos da sociedade. Por um lado, interagiu-se com os representantes da Igreja Católica (Conferência Episcopal de Moçambique - CEM), do Conselho Cristão de Moçambique (CCM), do Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO) e do Conselho das Religiões de Moçambique (COREM) e, por outro, com os representantes das partes em conflito (Frelimo e Renamo), em particular os que estiveram envolvidos no processo de negociação. Não obstante, foi fundamental interagir com académicos que discutem matéria de religião, antigos representantes do Observatório Eleitoral (OE), bem como com os representantes da Direcção Nacional de Assuntos Religiosos (DNAR).

Os entrevistados foram seleccionados a partir de uma amostragem não probabilística por cotas devido ao seu maior rigor em relação a outros procedimentos de amostragem não probabilística. Esta modalidade passa pela:

- Classificação da população em função de propriedades tidas como relevantes para o fenómeno a ser estudado;
- Determinação da população a ser colocada em cada classe, baseando-se na constituição conhecida da população; e,
- Fixação de cotas para cada entrevistador de seleccionar elementos da população a ser pesquisada<sup>89</sup>.

À entrevista aliou-se a pesquisa documental, consistindo na análise das cartas ou exortações pastorais publicadas ao longo dos anos, vários relatórios produzidos ao nível das organizações religiosas e documentos apelativos por si elaborados, bem como dos

---

<sup>87</sup> GIL, Antonio. *op.cit.* 2008, p. 109 nota 81.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. *op.cit.*, p. 278, nota 78.

MICHEL, Maria. *op.cit.*, p. 42, nota 79.

<sup>88</sup> MARCONI, Marina.; LAKATOS, Eva. *op.cit.*, p. 279, nota 78.

<sup>89</sup> MARTINS, Gilberto. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3ªed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 49.

GIL, António C. *op.cit.*, p. 94, nota 81.



encontros que as confissões religiosas mantiveram com actores políticos em vários processos da vida política do Estado. A pesquisa documental vale-se de materiais que não sofreram ainda um tratamento analítico, pelo que podem ser elaborados de acordo com os objectivos de pesquisa<sup>90</sup>.

Privilegiou-se, ainda, a participação em conferências e *Webinars* promovidas por organizações da sociedade civil para se debruçar da questão religiosa, factor que permitiu agregar valores a esta pesquisa. Desses eventos destacam-se as Conferências e *Webinars* promovidos pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), nomeadamente: *Igreja em Moçambique, ontem e hoje* (Agosto de 2019); *Pode Nampula ajudar a pensar o conflito de Cabo Delgado?* (Julho de 2020); *Confissões religiosas, prevenção de conflitos e promoção da paz* (Outubro de 2020). O Instituto para Democracia Multipartidária (IMD) também promoveu, no âmbito da celebração dos 30 anos da democracia multipartidária em Moçambique, uma mesa redonda sobre a *Génese de Negociações e Transformações Políticas de Moçambique no âmbito da Constituição de 1990* (Outubro de 2020). Não menos importante, foi o ciclo de *Webinars* realizado pelo Observatório do Meio Rural (OMR) sobre Cabo Delgado, com particular destaque para o tema sobre *Poder, religião e conflitualidade* (Agosto de 2020).

### **3.1. Limitações da pesquisa**

A principal limitação na realização desta pesquisa consiste no constrangimento que se teve para interagir com algumas instituições e individualidades que se julgam pertinentes para a pesquisa. A questão do confinamento e distanciamento social dada a eclosão do novo coronavírus fez com que a pesquisa se prolongasse por longo tempo uma vez que os actores que forneceriam a informação para a realização da mesma preconizavam uma interacção pessoal, em detrimento do uso de plataformas de videoconferência. A indisponibilidade de algumas individualidades para entrevista por questões de agenda, constituiu também uma limitação, aliado à dificuldade que se teve para ter acesso à informação nas organizações, sob pretexto da mesma não ter sido tornada pública, como a questão dos relatórios e/ou actas das negociações.

---

<sup>90</sup> Gil, Antonio. *op. cit.*, p. 51 nota 81.

### 4. Relação entre instituições religiosas e o Estado

As relações entre a instituição religiosa e o Estado mostraram-se, desde cedo, fundamentais para garantir a boa convivência e harmonia entre os membros de uma determinada sociedade e para o caso de Moçambique esta relação pode ser melhor compreendida quando dividida a história em dois momentos: durante a vigência do partido único e depois dos anos 1990, com a introdução do regime democrático.

#### 4.1. A religião no regime de partido único

Embora o Estado moçambicano tenha-se institucionalizado laico com o alcance da independência e a ascensão da Frelimo ao poder, em 1975, as relações entre o Estado moçambicano e as confissões religiosas, na prática, mostraram sinais de divergências e hostilidades, quando as acções do Governo do dia tendiam a constranger a liberdade religiosa. Durante a luta pela independência, o discurso da Frelimo era pro-religião, entretanto, uma vez no poder a Frelimo começou a fazer discursos violentos contra a igreja, alegando que a Igreja Católica assim como a Islâmica ajudaram no processo de colonização, ao mesmo tempo em que acusava todas instituições religiosas de dividir os moçambicanos<sup>91</sup>. Como afirmou Sheik Abdul Carrimo:

(...) Com o alcance da independência temos que olhar a relação entre o Estado e a religião numa perspectiva de animosidade dado que o novo Estado não reconhece a filosofia da existência de Deus. Nessa altura, todos membros do partido não deviam professar nenhuma religião, sobretudo os que iam ascender a cargos de direcção do país. Assiste-se a um menosprezo geral das confissões religiosas e dos líderes tradicionais, bem como da nacionalização de seus bens. Tentou-se colocar na mente das pessoas a ideia da inexistência de Deus. Por isso os primeiros anos da independência não foram pacíficos no âmbito da relação entre as confissões religiosas e o Estado.<sup>92</sup>

Como a literatura sugere<sup>93</sup>, estas restrições e perseguições à religião tornaram-se formais e mais acentuadas a partir de 1977, com a adopção de uma orientação marxista-

---

<sup>91</sup> CABRITA, João. *Mozambique: the tortuous road to democracy*. London: Palgrave, 2000, p. 120

MONRIER-GENOUD, Eric. *Of God and Caesar: the relation between christian churches and the State in post-colonial Mozambique, 1974-1981*, Le fait Missionnaire, 1996, p. 25.

<sup>92</sup> Em entrevista com o Secretário do CISLAMO (e então presidente da CNE), Sheik Abdul Carrimo, realizada a 13/10/2020, nos escritórios do CISLAMO.

<sup>93</sup> BALOI, Obede. Gestão de conflitos e transição democrática. In MAZULA, Brazão; MACHILI, Carlos; MAIA, Juarez de (Coords.). *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, 1995, pp. 509-510.

ALMEIDA, Ferdinando. *A relação Estado-Igreja Católica da independência aos acordos de Roma*. 1997, p. 40.

leninista, no III Congresso da Frelimo, e estenderam-se até 1981, período em que as igrejas encetavam mecanismos de aproximação com o Governo do dia. A título ilustrativo, só no primeiro ano da independência, mais de 600 missionários deixaram o país devido aos condicionalismos postos pelo Governo da Frelimo para operar no país. Outros foram obrigados a abandonar o país, como aconteceu em Cabo Delgado, por volta de 1979, quando as autoridades expulsaram os missionários dos distritos em que operavam, sob pretexto de que essas áreas haviam sido designadas para a construção das aldeias comunais onde apenas o partido estava permitido a operar.<sup>94</sup>

O contexto de tensão agrava-se com a política das nacionalizações que criou condições para o Governo apropriar-se de muitos bens das organizações religiosas que eram usados, dentre vários aspectos, para a educação e saúde da sociedade<sup>95</sup>. Esta política foi justificada pelo Governo trazendo a necessidade de se concentrar todos recursos no Estado como forma de assegurar a sua aplicação para a prestação de serviços públicos a todos cidadãos. Facto é que esta lei contribuiu para a concretização do monopólio das produções de visão do mundo pelo Estado, uma vez que sem as suas infra-estruturas as organizações religiosas não tinham mecanismos para prover serviços à comunidade<sup>96</sup>.

Um facto a considerar é que esta tensão entre o Estado e as Igrejas ocorre em um contexto de guerra civil, envolvendo as forças governamentais e a Renamo, resultando em gravíssimos problemas políticos, económicos e sociais. As rivalidades entre a Frelimo e os Governos da Rodésia e da África do Sul, bem como a natureza das políticas implementadas pela Frelimo são alguns dos indicadores que podem ser mobilizados para explicar as razões da eclosão da guerra<sup>97</sup>.

---

DELLA ROCCA, Morozzo. *Moçambique da guerra à paz: história de uma mediação insólita*. Maputo, livraria Universitária, 1998, p. 23.

PEREIRA, Helena. *O papel da igreja católica no processo de desenvolvimento em Moçambique*. 2006, p. 35.

PIRES, Raúl M.B. *Indianos sunitas em Moçambique 1974 - 2004*. 2008, p. 27.

<sup>94</sup> CABRITA, João. *op.cit.*, p. 121, nota 87.

<sup>95</sup> MONRIER-GENOUD, Eric. *op. cit.*, nota 87.

CABRITA, João. *op.cit.*, p. 120, nota 87.

<sup>96</sup> BALOI, Obede. *op. cit.*, p. 510 nota 89.

MONRIER-GENOUD. *op. cit.*, p. 25 nota 87.

<sup>97</sup> BERTELSEN, Bjorn E. *Violent becomings: state formation, sociality and power in Mozambique*. New York: Berghahn Books, 2016.

GEFFRAY, Christian. *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile*. Nairobi: Karthala, 1990.

CABRITA, João. *op.cit.*, nota 87.

A realização de uma reunião em 1982, envolvendo várias congregações religiosas e o Governo, marca uma viragem na medida em que as relações entre a Frelimo e a Igreja, particularmente a Católica, deixavam transparecer uma certa distensão. O encontro tinha como objectivo dar um fim à tensão que caracterizava as relações entre as instituições religiosas e o Estado no período posterior à independência e, deste modo, promover o envolvimento activo das religiões no processo de construção da nova nação.<sup>98</sup>

Os nossos entrevistados são unânimes em afirmar que este é um dos principais momentos históricos que marcam a relação entre a religião e o Estado moçambicano no período pós-independência, como se pode depreender das citações abaixo.

A partir dessa altura passamos a ter um tipo diferente de relação, mais saudável. As confissões religiosas começaram a manter frequentes encontros com o Ministro da Justiça, debatiam assuntos sobre a religião e sobre o Estado de forma mais ampla.<sup>99</sup>

Depois dessa reunião há essa progressão no relacionamento entre o Estado e as confissões religiosas, e é importante que se diga, nunca mais parou. As confissões religiosas e o Estado estão ‘se amando’ cada vez mais, quer dizer, há uma maior colaboração entre estas duas entidades. Qualquer campanha que o Estado pretende fazer conta com o apoio das confissões religiosas, seja sobre aspectos sociais (saúde, educação) ou em aspectos políticos (educação cívica).<sup>100</sup>

No âmbito do esforço das Igrejas em Moçambique pela busca de diálogo como única forma de pôr fim à guerra, a partir de 1987, a Igreja Católica e o CCM intensificaram suas missões de pacificação com vista a sensibilizar o Governo e a Renamo a uma negociação directa o que culminou com a realização da primeira ronda de negociações frente-a-frente em Roma, de 8 a 10 de Julho de 1990<sup>101</sup>.

Importa salientar que somente em Outubro de 1991, volvidos oito rondas de negociação assinou-se o primeiro dos sete protocolos que constituem o AGP, versando sobre os princípios fundamentais a partir dos quais decorreria a negociação para alcançar uma paz duradoira no país<sup>102</sup>. Nos meses subsequentes foram assinados mais seis protocolos:

---

<sup>98</sup> GUJAMO, Rufino, C. *A transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004*. 2016, p. 131.

DELLA ROCCA, Morozzo. *op. cit.*, p. 32 nota 89.

<sup>99</sup> Em entrevista com o Secretário-Geral do COREM, Albino Mussuei, realizada a 05/10/2020, via chamada telefónica.

<sup>100</sup> Em entrevista com o Sheik Abdul Carrimo, *op.cit.* nota 92.

<sup>101</sup> GUJAMO, Rufino, C. *op. cit.*, p. 132 nota 94.

ALMEIDA, Fernandinho. *op. cit.*, p. 52 nota 89.

DELLA ROCCA, Morozzo. *op. cit.* p. 96 nota 89.

<sup>102</sup> ALDEN, Chris. *op.cit.*, pp. 26-28 nota 11.

dos critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos (protocolo II), dos princípios da Lei eleitoral (protocolo III), das questões militares (protocolo IV), das garantias (protocolo V), do cessar-fogo (protocolo VI) e da conferência de doadores (protocolo VII).<sup>103</sup>

O processo de negociações, mediado pela Igreja Católica em Roma, levou um período total de 27 meses, culminando com a assinatura do AGP, em 4 de Outubro de 1992<sup>104</sup>. É fundamental o papel de alguns líderes religiosos moçambicanos neste processo de busca pela paz, principalmente para motivar as partes conflitantes a perseverar na opção pelo diálogo, como é o caso de Dom Jaime Gonçalves, Dom Dinis Sengulane e Reverendo Somane Machado.<sup>105</sup>

O AGP manifesta uma vontade política de pôr fim à guerra e, simultaneamente, uma desconfiança e incerteza nos processos subsequentes. Facto é que essas conversações de Roma abriam espaço para o estabelecimento de um diálogo permanente e o desenvolvimento de um sentimento de tolerância mútua para se chegar a um consenso entre as forças políticas<sup>106</sup>, assim como a coexistência harmoniosa entre as instituições do Estado e a Igreja. E, as eleições de 1994 foram a expressão empírica da possibilidade de se chegar a um entendimento e estabilidade na sociedade<sup>107</sup>.

Como se pôde observar, o Governo da Frelimo não apenas suspendeu seus ataques, como também permitiu que as Igrejas gozassem da liberdade religiosa, acção que mudou o teor das políticas do Estado e a sua relação com a religião. Com a assinatura do AGP e o alcance da liberdade religiosa não se pode dizer que o papel da igreja terminou, pelo contrário, a colaboração das confissões religiosas com o Estado tornou-se mais relevante do que nunca, como se analisará na secção a seguir.

---

<sup>103</sup> Lei nº 13/92 de 14 de Outubro, aprova o Acordo Geral de Paz.

<sup>104</sup> BERKLEY CENTER FOR RELIGION, PEACE & WORLD AFFAIRS, *Mozambique: religious peacebuilders broker end to civil war*. 2013, p. 7.

<sup>105</sup> BALOI, Obede. *op. cit.*, p. 511 nota 89.

<sup>106</sup> MAZULA, Brazão. As eleições moçambicanas: uma trajectória da paz e da democracia. In MAZULA, Brazão; MACHILI, Carlos; MAIA, Juarez de (Coords.). *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, 1995, p. 27.

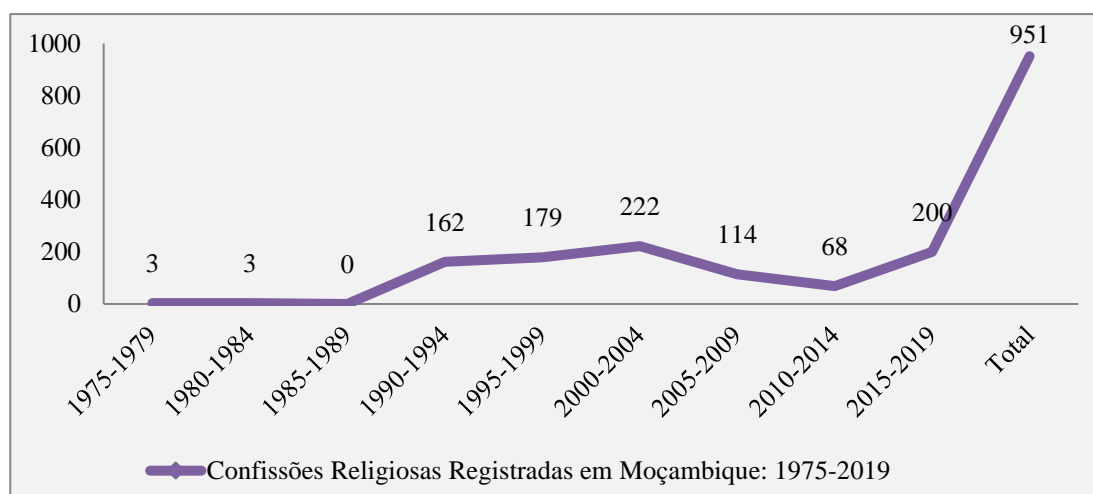
<sup>107</sup> CABAÇO, José. A longa estrada da democracia moçambicana. In MAZULA, Brazão; MACHILI, Carlos; MAIA, Juarez de (Coords.). *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, 1995, p. 81

## 4.2. O Estado e a religião depois de 1990

A partir de 1982, e sobretudo com a introdução da Constituição da República de Moçambique, em 1990, a laicidade do Estado não só se manifestou do ponto de vista institucional como também se traduziu na restituição da liberdade religiosa. Conforme descrito na Constituição da República, as confissões religiosas gozam de direito de prosseguir livremente na confissão de suas crenças e convicções, o que significa que elas gozariam, não só de protecção dos locais de culto, como também de autonomia para definir sua estrutura de organização interna<sup>108</sup>. Com a revisão da lei 4/71 sobre a Liberdade Religiosa espera-se a definição de normas e princípios do exercício da liberdade religiosa que respondam a actual conjuntura nacional.

O facto de as confissões religiosas terem vivido tempos difíceis nos primeiros anos da independência “não impediu o seu crescimento de tal maneira que quando se restituiu a liberdade religiosa verificou-se a expansão das confissões religiosas já existentes e a emergência de outras novas confissões”<sup>109</sup>, conforme ilustra a tabela abaixo.

**Gráfico 1 - Confissões Religiosas Registradas em Moçambique, 1975-2019**



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela Direcção Nacional de Assuntos Religiosos.

Como se pode observar no gráfico acima, os primeiros anos da independência até ao final da década de 1980 não registraram um avanço no que diz respeito à expansão de confissões religiosas no país, como consequência da política contra a religião adoptada pelo Governo do dia. Só neste período, apenas 6 organizações religiosas se cadastraram

<sup>108</sup> Ver Constituição da República de Moçambique, artigos 12 e 54.

<sup>109</sup> Em entrevista com Dom Dinis Sengulane, Bispo Emérito da Igreja Anglicana, realizada a 01/10/2020, via chamada telefónica.

Em entrevista com o Padre católico Cláudio dos Reis, realizada a 01/10/2020, via chamada telefónica.

na base de dados do Estado. Entretanto, a partir de 1990, o Estado depara-se com um cenário de aumento das confissões religiosas nunca visto na história de Moçambique em corolário da abertura da esfera pública e da promoção da liberdade religiosa. Este aumento significativo do número de confissões religiosas pode ser visto em dois pontos de vista. Por um lado, como sendo positivo, quando as confissões emergentes constituem um reforço às instituições já existentes na formação moral da sociedade – daí designar-se crescimento. Por outro lado, como uma possível proliferação das religiões o que despoleta a necessidade das instituições estatais vigillarem sobre este aspecto, sob risco de elas contribuírem para a promoção da instabilidade no país<sup>110</sup>.

É importante fazer referência que a progressão da relação entre o Estado e as confissões religiosas não se manifestou apenas pelo aumento de confissões religiosas. Pelo contrário, há um reconhecimento por parte do Estado de que as organizações religiosas têm uma função bastante relevante na promoção de desenvolvimento político e social do país e isso é evidente na participação destas organizações em processos de resolução de conflitos, eleições, inclusive na ocupação de cargos públicos pelas suas lideranças.

Depois de 1982, mormente, as confissões religiosas desenvolveram acções com vista a trazer a paz, pautando pela reaproximação do Governo e da Renamo quando estivessem envolvidos em conflitos, exemplo disso é a automobilização das confissões religiosas decorrente da necessidade de por fim à guerra dos 16 anos.<sup>111</sup> No entanto, somente a partir de 2013, com o lançamento da plataforma designada Conferência Nacional Religiosa, é que estes fóruns ganharam uma maior abrangência no sentido de congregar confissões e líderes religiosos de todas províncias do país.

Esta plataforma, coordenada pela DNAR, promoveu, até então, a realização de cinco conferências que contaram com a participação de vários actores entre eles, membros do Governo, políticos, religiosos e organizações da sociedade civil. As principais temáticas de debate nesses fóruns estão relacionadas com questões que envolvem as próprias confissões religiosas e o Estado, em geral, como desenvolvimento, paz, saúde, entre outros<sup>112</sup>. Ao nível do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos

---

<sup>110</sup> A Direcção Nacional de Assuntos Religiosos pretende realizar um estudo sobre a dinâmica e aumento das confissões religiosas no país. Até a apresentação desta pesquisa, os termos de referência para a execução da pesquisa já haviam sido elaborados.

<sup>111</sup> GONÇALVES, Jaime Pedro. *A Paz dos Moçambicanos*. Beira, 2014.

<sup>112</sup> Relatórios da Conferência Nacional Religiosa de 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018.

(MJACR) existe o Grupo dos 16 que compreende vários líderes representantes de confissões religiosas do país que, frequentemente interage com o dirigente deste ministério sobre questões de vária ordem que dizem respeito às próprias religiões<sup>113</sup>.

Ainda neste âmbito, em 2018, as confissões religiosas, através do COREM, lançaram a primeira Cimeira Religiosa de Paz e Reconciliação Nacional com o objectivo de pensar um Moçambique sem conflitos político-militares, mas com valores baseados no respeito e justiça social. Através das apresentações feitas pelos painelistas, os participantes aprovaram uma resolução que ficou conhecida como *Declaração da Beira*<sup>114</sup>.

A Declaração da Beira é um documento que apresenta objectivos em forma de 26 pontos com a intenção de promover, dentre vários aspectos, a continuidade da realização da cimeira, uma paz duradoira, a realização de eleições livres e justas, o diálogo permanente entre Governo, partidos políticos e sociedade civil e a criação da plataforma nacional sobre mulheres, paz, reconciliação e segurança<sup>115</sup>. Esta última teve seu lançamento em Abril de 2019 e contou com a participação de cerca de 180 pessoas, representando várias sensibilidades do Governo, Sociedade Civil, políticos, parceiros de cooperação e activistas para a área de desenvolvimento sócio-económico e cultural. Nesta plataforma foram discutidas temáticas que envolvem a participação da mulher na vida política do Estado, sobretudo na promoção do desenvolvimento e da paz.<sup>116</sup>

A relação entre o Estado e as confissões religiosas evoluiu ao ponto de que estes últimos, actualmente, têm a possibilidade de ocupar certos cargos de direcção em instituições públicas sem necessidade de renegar suas crenças, como ocorrera durante o marxismo-leninismo. A DNAR, órgão subordinado ao MJACR que coordena a relação entre o Estado e as religiões, é dirigida por uma personalidade oriunda de organizações religiosas, o Reverendo Arão Litsure, nomeado em substituição do Doutor Carlos Machili que também teve uma passagem pela formação sacerdotal. Este é um gesto que simboliza a necessidade de as instituições do Estado e as religiosas estarem próximas e em constante interação na “busca pela consolidação daquilo que lhes une”<sup>117</sup>.

---

<sup>113</sup> Em entrevista com Sheik Saide Habibe, Técnico na DNAR, realizada a 06/10/2020 na DNAR.

<sup>114</sup> Em entrevista com Reverendo Albino Mussuei, *op.cit.* nota 99.

<sup>115</sup> The Beira Declaration 2018.

<sup>116</sup> COREM. Relatório do Lançamento da Plataforma Nacional sobre Mulheres, Paz, reconciliação e Segurança – PNMPS. 2019.

<sup>117</sup> Afirmção adaptada a partir da obra “Consolidemos aquilo que nos une” sobre a reunião da Direcção do partido e do Estado com os representantes das confissões religiosas de 14 à 17 de Dezembro de 1982.



A CNE, órgão que gere os processos eleitorais foi muitas vezes presidida por um religioso, ou alguém oriundo de uma organização de cariz religiosa, inclusive o actual Presidente, Sheik Abdul Carrimo. E mais, as confissões religiosas, entanto que organizações da sociedade civil, desde cedo mostraram-se bastante participativas em processos eleitorais de tal maneira que, através de organizações como Observatório Eleitoral (OE), COREM, deram seu contributo por forma a promover a transparência e credibilidade dos processos eleitorais.

Um facto interessante nisso é que, ao longo da história eleitoral moçambicana, em termos de composição, a CNE foi presidida por personalidades oriundas da sociedade civil (religiosa) e isso criou uma expectativa no sentido de que a incerteza eleitoral e a certeza procedimental seriam asseguradas. Entretanto, a realidade mostrou-nos um cenário bastante diferente: as eleições em Moçambique são conotadas como não sendo livres, nem transparentes, nem justas.

Ao procurar reconstruir a dinâmica e evolução da relação entre as confissões religiosas e o Estado é fundamental observar a maneira pela qual as confissões entre si convivem. Questionados sobre este aspecto, há um consenso entre os entrevistados de que, embora a sociedade moçambicana seja caracterizada por uma pluralidade religiosa<sup>118</sup>, a relação entre as confissões religiosas entre si mostra-se bastante saudável. A realização de conferências e outros fóruns de debate e orações conjuntas pelas próprias confissões religiosas e pelo Estado são sinal da boa convivência entre elas<sup>119</sup>.

Durante a tensão político-militar as confissões religiosas organizaram-se e, em conjunto, realizaram uma oração em 22 de Dezembro de 2016 a suplicar pela cessação de hostilidades militares em Moçambique e a abertura ao diálogo entre o Governo e a Renamo com vista à resolução do conflito<sup>120</sup>. Isto demonstra que, embora haja diferenças sob ponto de vista de crenças, valores e costumes, as várias confissões religiosas existentes no país são capazes de coabitar de forma pacífica e respeitosa e participar em acções conjuntas para a promoção da construção do Estado.

---

<sup>118</sup> Dados do censo populacional de 2017 por religião, divulgados pelo INE, revelam que 84% da população professa uma determinada crença religiosa, entre Católica (27%), Anglicana (2%), Islâmica (19%), Zione/Sião (16%), Evangélica (15%) e outras religiões (5%).

<sup>119</sup> Em entrevista com Sheik Saíde Habibe, *op.cit.* nota 113.

<sup>120</sup> <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-basta-de-guerra-e-de-derramamento-de-sangue/a-36881533>

Em algum momento, a diversidade religiosa pode desencadear uma competição religiosa manifesta, tal como aconteceu em 1996 quando os parlamentares muçulmanos fizeram a apresentação de uma proposta de lei para a transformação de duas datas festivas em feriados nacionais – o *Ide-Ul-Fitre*, para o fim do Ramadan, e o *Ide-Ul-Adha*, festival de sacrifício e retorno de Meca – como tentativa de restabelecimento do equilíbrio entre as confissões religiosas e pelo seu contributo para a paz no país<sup>121</sup>. Nestas circunstâncias, o Estado é chamado a mediar essas disputas sob risco de se ver minada a natureza secular do Estado.

Uma estratégia adoptada pelo Estado para prevenir possíveis conflitos de ordem religiosa passa pela concessão de tolerância de ponto aos membros da confissão religiosa para a celebração de uma determinada festividade, mediante a solicitação da dispensa ao Ministro que superintende a área de Trabalho pelas lideranças da instituição religiosa. Por um lado, os muçulmanos têm, com muita frequência, solicitado e recebido do Ministério do Trabalho e Segurança Social tolerâncias de ponto para a celebração de festividades como o *Eid-al-Adha* (Festa do Sacrifício), o fim do mês do Ramadan e da celebração da festa do *Ide-Ul-Fitre*<sup>122</sup>. Por outro, os cristãos têm sido concedidos tolerância de ponto pela celebração da Sexta-feira Santa<sup>123</sup>.

Em vista dos argumentos apresentados, e embora a relação entre as confissões religiosas e o Estado seja mais aberta, há que prestar atenção à possibilidade de cooptação destas organizações pelo Estado, e posterior politização da religião para a prossecução de fins partidários. Não menos importante, há que prestar maior atenção aos desafios da globalização. Desde 2017 que Moçambique, concretamente Cabo Delgado, é alvo de ataques terroristas, o que abre espaço para se conceber a existência de elementos internos e externos que manipulam uma determinada religião para a prossecução de fins contrários à sua natureza, trazendo realidades que o país não conhecia. Portanto, quer o Estado quer as confissões religiosas são chamados a ser vigilantes e unidos para que Moçambique não seja transformado em um palco de conflitos religiosos.

---

<sup>121</sup> MORIER-GENOUD, Eric. The 1996 ‘Muslim Holidays’ Affair: religious competition and state mediation in contemporary Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, v. 26, nº 3, 2020, pp. 409-427.

<sup>122</sup> <https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/tolerancia-de-ponto-em-mocambique-pela-festa-5f231d7c5c59ce452aceec8a>  
<https://jornalnoticias.co.mz/index.php/arquivo/41-canal/breves/39898-hoje-ha-tolerancia-de-ponto-para-trabalhadores-muculmanos>

<sup>123</sup> <https://www.portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Tolerancia-de-ponto-para-todo-o-dia-de-sexta-feira>

## **5. Igreja Católica, Eleições e Resolução de Conflitos em Moçambique**

Neste capítulo pretende-se reconstruir o papel da Igreja Católica no processo de construção do Estado moçambicano, sobretudo a partir de 1994, observando a dois aspectos fundamentais. Por um lado, a análise será sobre a participação desta confissão religiosa em processos eleitorais, por outro, a sua contribuição na resolução de conflitos decorrentes desses processos eleitorais.

### **5.1. Participação da Igreja Católica em processos eleitorais**

Uma boa democracia deve assegurar que todos cidadãos sejam capazes de se apropriar de seus direitos para influenciar o processo de tomada de decisão e isso passa, dentre vários aspectos, pela difusão da educação básica e mínimos conhecimentos sobre assuntos governamentais e políticos<sup>124</sup>. Nisso, é importante a emergência de organizações da sociedade civil independentes dos partidos governantes, capazes de se engajar em questões de diálogo político, promoção dos direitos e deveres dos cidadãos<sup>125</sup> – as organizações com base na fé também são chamadas a dar seu contributo nesse processo de construção do Estado.

Durante as negociações em Roma, a Frelimo e a Renamo concordaram com a realização de eleições multipartidárias para a escolha de um governo de e para os moçambicanos, e estas tiveram lugar em 1994, dois anos depois da assinatura do AGP. Várias organizações deram seu contributo a fim de que os processos de pacificação e as eleições ocorressem e consolidassem o acordo assinado<sup>126</sup> – nisto a Igreja Católica teve um papel preponderante.

Desta maneira, a participação da Igreja Católica nos processos eleitorais em Moçambique pode ser compreendida através da publicação das Cartas Pastorais (a CEM é a entidade responsável pela elaboração das exortações), e dos seus trabalhos de observação, geralmente, geridos pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP-IC) em colaboração com outras organizações da sociedade civil.

---

<sup>124</sup> DIAMOND, Larry; MORLINO, Leornado. The quality of democracy: an overview. *Journal of Democracy*, v. 15, nº 4, 2004.

<sup>125</sup> DIAMOND, Larry. The rule of law versus the Big Man, in DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc. *Democratization in Africa. Progress and Retreat*, Washington, The John Hopkins University Press, pp. 47-58

<sup>126</sup> Destaca-se a contribuição da ONUMoz, SADCC, CCM, entre outras.

### 5.1.1. Os apelos dos Bispos através das Cartas Pastorais

A Igreja Católica, por meio da CEM, sempre partilhou, ao longo da história de Moçambique independente, as Cartas ou Exortações Pastorais com o objectivo de trazer “uma reflexão no que concerne ao processo de legitimação dos actos eleitorais, baseando-se no pensamento da Doutrina Social da Igreja Católica e as suas implicações na vida social e política”<sup>127</sup>. Os Bispos Católicos sempre realizam reflexões sobre o momento político nacional, sobretudo quando se aproximasse a fase de votação. Nestas Cartas ou Exortações Pastorais, os Bispos Católicos, enquanto cidadãos e líderes religiosos, participam e promovem a participação do povo moçambicano em processos eleitorais como forma de contribuir para a consolidação da democracia.

As primeiras três (3) Exortações Pastorais sobre os processos eleitorais tendiam a apelar a participação massiva dos cidadãos, do povo moçambicano, nos processos eleitorais. Quando Moçambique realiza as primeiras eleições acabava de sair de um contexto de guerra, as práticas democráticas eram uma nova realidade para os moçambicanos, poucos compreendiam a relevância de participar nos processos eleitorais, tão pouco como participar. Por isso, os Bispos Católicos, por meio destas exortações, encontraram um mecanismo para informar e educar a sociedade, em geral, sobre a necessidade de se engajar na vida política do Estado e contribuir para a construção da cidadania.

Na Exortação Pastoral intitulada *Solidários por um Moçambique melhor*, escrita alusivo a realização das primeiras eleições multipartidárias, os Bispos de Moçambique apelam aos vários partidos políticos, instituições públicas e o povo moçambicano a procederem com lucidez e clareza por forma a garantir a realização da justa e real promoção do bem comum, o desenvolvimento integral da pessoa humana e o respeito pelos seus direitos e liberdades fundamentais. Neste sentido, considerando a necessidade de garantir e promover a reconciliação nacional, os Bispos apelam ao governo saído das eleições que reúna os homens mais competentes e responsáveis, independentemente da filiação partidária, num esforço comum para levantar o estado geral de saúde da “mãe Pátria depauperada”.<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> Tese defendida pelo Professor Frei Alfredo Manhiça (representante da Igreja Católica – Universidade Católica de Moçambique), durante o *Webinar* realizado pelo IESE, a 01 de Outubro de 2020, sobre Confissões religiosas, prevenção de conflitos e promoção da paz.

<sup>128</sup> CEM. *Solidários por um Moçambique melhor*, 9 de Julho de 1994.

Na segunda Carta Pastoral, *Votar é contribuir para o bem comum*, os Bispos, pretendem, pois, despertar a consciência e apelar a responsabilidade de todo o povo, particularmente dos cristãos sobre a importância do processo de preparação e realização das primeiras Eleições Autárquicas. O processo autárquico de descentralização do poder governativo permite ao cidadão a participação de uma forma directa e com conhecimento de causa na administração local. Por isso a intenção desta exortação está relacionada com a necessidade de todos contribuírem para o bem comum.<sup>129</sup>

A Carta Pastoral intitulada *Votar é servir a Pátria*, veio reforçar a relevância do exercício do voto, por parte de todos os cidadãos moçambicanos, como o principal instrumento democrático para garantir o bem comum<sup>130</sup>. Só assim se pode evitar que o poder político esteja ao serviço de interesses próprios ou partidários.

As Exortações Pastorais de 2003 e 2008 enfatizaram um elemento não novo, mas que não havia sido discutido de forma profunda e específica nas suas lições anteriores – a noção de transparência. As eleições de 1999 “perturbaram gravemente a vida da Nação e violaram gratuitamente a jovem democracia e não respeitaram devidamente a seriedade dos eleitores”<sup>131</sup>, por isso os Bispos Católicos, através dessas publicações, chamam a todos envolvidos nos processos eleitorais a participarem com alegria, responsabilidade, competência e honestidade, ao mesmo tempo em que apelam, sobretudo os OGE’s a conduzirem processos eleitorais justos e transparentes a fim de que os resultados das eleições reflectam as reais escolhas dos cidadãos.

Na Exortação *Justiça e transparência nas eleições*, os Bispos Católicos apelam a todos para que se engajem no processo de busca pela transparência e justiça dos actos eleitorais. Aos OGE’s, os bispos apelam para a responsabilidade e honestidade dos membros da CNE e do STAE, a fim de não se deixarem corromper nem influenciar por quaisquer interesses ideológicos ou político-partidários. Não menos importante, os órgãos de comunicação, a polícia os observadores nacionais e internacionais são chamados a desenvolver suas actividades com imparcialidade, rigor e objectividade antes e durante o processo eleitoral.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> CEM. *Votar é contribuir para o Bem Comum*, 23 de Novembro de 1997.

<sup>130</sup> CEM. *Votar é servir a Pátria*, 16 de Abril de 1999.

<sup>131</sup> CEM. *Votar é servir a Pátria*, 16 de Abril de 1999.

<sup>132</sup> CEM. *Justiça e transparência nas eleições*, 28 de Agosto de 2003.

Na quinta Carta Pastoral sobre eleições intitulada *Exigência de eleições livres, justas e transparentes*, os Bispos procuram chamar a atenção, mais uma vez, à necessidade de se acautelar a certeza procedimental, ou seja, que as eleições sejam livres, justas e transparentes. Nesta Carta, a CEM enfatiza o perfil dos políticos, exortando que estes se candidatem não na única perspectiva de manter o *status quo*, ou pior, de consolidar a busca do predomínio do bem individual ou de grupo, em detrimento do bem comum.<sup>133</sup>

Dado o exposto, o que fica patente nestas Cartas Pastorais, em matéria eleitoral, é a necessidade de se ter uma sociedade politicamente activa e consciente, bem como partidos e OGE's que sejam justos e transparentes, e que “encarrem este compromisso em nome do Bem Comum e não dos interesses individuais ou partidários”.<sup>134</sup>

### **5.1.2. Observação dos processos eleitorais**

A transparência e credibilidade das eleições são factores cruciais para a aceitação dos resultados e, por conseguinte, para a não ocorrência da violência eleitoral, daí a necessidade de que todos os intervenientes do processo eleitoral estejam cientes e participem do debate em torno da sua organização<sup>135</sup>. Por isso, a participação de organizações da sociedade civil através das diversas plataformas de monitoria dos processos eleitorais constitui um dos caminhos para a transparência e credibilidade das eleições.

A participação dos cristãos na vida política é uma exigência da sua própria natureza e vocação cristã, por isso ainda nas primeiras eleições a Igreja Católica desempenhou um papel bastante importante na observação das eleições. Desde a realização das eleições fundadoras, em 1994, a Igreja Católica está interessada em desenvolver uma consciência cívica na sociedade moçambicana, principalmente no que diz respeito à necessidade de participar nos processos eleitorais. Por isso, a realização de campanhas de educação eleitoral tem sido uma estratégia para promover a cidadania e incentivar a sociedade a engajar-se nesses processos, como se pode perceber da declaração abaixo:

---

<sup>133</sup> CEM. Exigências de eleições livres, justas e transparentes, 25 de Agosto de 2008.

<sup>134</sup> CEM. Re-edição das Cartas Pastorais: contributo reflexivo no quadro das próximas eleições 2018/2019, Maputo, 2018.

<sup>135</sup> IDEA. *International Electoral Standards: Guidelines for reviewing the legal framework of elections*, 2002, p.43.

A Igreja Católica, através dos seus missionários, procura alertar a consciência dos cristãos, sobretudo os que tem capacidade de votar, a participar nos processos políticos do Estado, nas campanhas eleitorais para apreender as propostas de governação dos candidatos políticos. Por outro lado, através de cartas pastorais e de brochuras a Igreja promove a consciência cívica. Nas eleições de 1994 a Igreja produziu muitas brochuras explicativas para esclarecer a sociedade sobre a necessidade de participar na vida política do Estado. Enfim, a Igreja acompanha esses momentos e procura deixar sua mensagem, acima de tudo na dimensão cristã.<sup>136</sup>

Para além de promover a educação eleitoral, a Igreja Católica, através da Comissão Episcopal de Justiça e Paz, organiza-se por forma a observar os processos eleitorais, sempre em colaboração com outras organizações da sociedade civil. Nas eleições de 2003 à 2014, a Igreja Católica esteve representada no Observatório Eleitoral (OE) o que lhe permitiu participar em algumas fases do processo eleitoral<sup>137</sup>.

As instituições religiosas, como a CEJP-IC, participavam de forma incisiva na realização de campanhas de educação eleitoral, na moralização da sociedade e na resolução de conflitos decorrentes do processo. O OE fazia o reconhecimento e mapeamento das zonas de conflito e as confissões religiosas mobilizavam-se no sentido de ir a esses locais para assegurar que o processo eleitoral ocorresse de forma pacífica.<sup>138</sup>

O OE era uma parceria de oito organizações da sociedade civil moçambicana criada em 2003 para promover a transparência e resultados pacíficos do processo eleitoral, através da observação e monitoria de eleições e de conflitos eleitorais. Este órgão era composto por instituições religiosas e de índole académica: a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Democracia (AMODE), o Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE), o Conselho Cristão de Moçambique (CCM), o Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO), a Conferência Episcopal de Moçambique da Igreja Católica (CEM), o Instituto de Educação Cívica (IECIV), a Liga dos Direitos Humanos (LDH) e a Organização para Resolução de Conflitos (OREC).<sup>139</sup>

Com a decadência do OE, a CEJP-IC firmou parceria com a Associação Desenvolvimento e Sociedade (ADS), actual Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) e o Instituto Eleitoral para Democracia Sustentável em África (EISA) e observaram o processo eleitoral de 2019 no âmbito do programa *Safeguarding*

---

<sup>136</sup> Em entrevista com Padre Cláudio dos Reis, *op.cit.* nota 109.

<sup>137</sup> Em entrevista com Brás Gusmão da CEJP-CEM, realizada a 07/12/2020 na Consolata de São Paulo.

<sup>138</sup> Em entrevista com Bispo Dinis Matsolo, antigo Presidente do OE, realizada a 11/12/2020 nos escritórios da Igreja Metodista Wesleana de Moçambique.

<sup>139</sup> *Idem.*

*the Integrity and Transparency of the 2019 Elections* (SITE), que inclui o recenseamento, a campanha eleitoral e a votação.

A CEJP-IC, no seu percurso de observação eleitoral, desenvolveu várias actividades específicas que perfazem o ciclo eleitoral, com maior referência à observação do recenseamento eleitoral, da campanha eleitoral e da votação e apuramento dos resultados eleitorais. A Tabela abaixo dá-nos uma visão dos constrangimentos que se enfrentam para a credenciação de observadores em tempos eleitorais, olhando especificamente para as eleições gerais de 2019.

**Tabela 1 - Relação observadores previstos e credenciados pela CEJP-IC para as eleições de 2019**

Província	Recenseamento		Campanha Eleitoral		Votação	
	Obs. previsto	Obs. Recrutado	Obs. previsto	Obs. Recrutado	Obs. previsto	Obs. Recrutado
Cidade de Maputo	14	14	28	28	138	138
Inhambane	28	28	56	56	124	124
Sofala	32	28	52	51	201	53
Manica	24	22	48	48	178	178
Zambézia	44	44	88	88	396	88
Niassa	32	32	64	64	129	129
Cabo Delgado	34	24	68	68	239	239
Tete	28	34	60	60	917	165
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>226</b>	<b>464</b>	<b>463</b>	<b>2322</b>	<b>1114</b>

**Fonte:** Relatório das actividades do CEJP 2019.

Como se pode observar na tabela acima, o número de credenciados para a observação para o dia da votação não chega a cobrir a metade dos observadores previstos para este dia, somente 1114 observadores foram credenciados, contra os 2322 observadores que estavam previstos para monitorar o processo. As províncias de Tete e Sofala mostraram-se as mais críticas dado que, por um lado, em Tete dos 917 observadores previstos para o dia da votação, somente 165 foram credenciados e, por outro, em Sofala, concretamente na Beira, nenhum observador foi credenciado, num contexto em que



estava prevista a credenciação de 201 observadores, situação que coloca em causa a forma como os OGE's fazem a gestão das eleições.

Não obstante a participação constante da CEJP-IC nos processos eleitorais, a credenciação ainda constitui um grande desafio à participação desta organização. Nas eleições de 2019, para além de outras práticas que comprometeram a integridade das eleições, verificou-se, por um lado, a não credenciação de observadores da sociedade civil independente e, por outro, a emissão de milhares de credenciais para observadores de organizações da sociedade civil “criadas” pelo partido governamental<sup>140</sup>.

Não menos importante, é a dificuldade que os observadores eleitorais têm no uso de plataformas digitais. Para as eleições de 2019, por exemplo, usou-se um *software* por meio do qual os observadores deviam lançar os dados que iam colhendo no processo de observação, usando um *smartphone*. Boa parte dos observadores não conseguiu ou teve dificuldades para proceder com o lançamento dos resultados, o que comprometeu a partilha e divulgação dos votos de contagem paralela em tempo real e útil<sup>141</sup>. Esta situação revela-nos as deficiências do sistema de educação e do nível muito baixo de desenvolvimento humano de uma boa fasquia da sociedade moçambicana.

Enfim, apesar das vicissitudes dos processos eleitorais moçambicanos, a Igreja Católica através da CEM representada pela CEJP tem-se mostrado participativa nos processos eleitorais, dando seu contributo para a transparência na gestão eleitoral e credibilização dos respectivos resultados através dos apelos pastorais, da educação eleitoral e da observação das eleições, desde a fase da campanha à votação e apuramento dos resultados.

---

<sup>140</sup> ROSÁRIO, Domingos. Órgãos de Administração Eleitoral em Moçambique: entre a (im)parcialidade, (in)dependência e a procura de transparência nas eleições “competitivas” em tempos de regimes híbridos: 1994-2019 in ROSÁRIO, Domingos; GUAMBE, Egídio; SALEMA, Ericino (Org.). Democracia Multipartidária em Moçambique, 2020, p. 148.

<sup>141</sup> Em entrevista com Braz Gusmão, *op.cit.* nota 137.

## 5.2. A entrada da Igreja Católica na mesa das negociações

As eleições realizadas em Moçambique foram, na sua maioria, seguidas por tensões político-militares, algumas mais prolongadas que as outras. Conforme apresentamos na secção anterior, a Igreja Católica participou em todos processos eleitorais, e isso permitiu-lhe acompanhar de perto as dinâmicas eleitorais, inclusive a origem dos conflitos. Esta activa participação da Igreja Católica nas eleições, aliada à sua perícia em humanidades, acaba conferindo-lhe uma certa vantagem para tomar parte dos processos de negociação para a resolução de conflitos em Moçambique.

As organizações não-governamentais têm buscado ampliar a sua intervenção no domínio da resolução de conflitos, algumas delas chegando ao ponto de se envolver na totalidade do espectro da resolução de conflitos, neste caso desde a prevenção de conflitos até á construção da paz<sup>142</sup>. Para além do processo de negociação para a assinatura do AGP, o processo de resolução do conflito que se prolongou até 2019, envolvendo o Governo e a Renamo constitui um caso prático da implementação da *Multi-track Diplomacy*, quando é evidente a combinação de personalidades provenientes de diferentes contextos e posições sociais.

A incorporação de aspectos de mediação do nível mais baixo, referente ao trabalho da sociedade civil, amplia o espaço para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes para a resolução de conflitos<sup>143</sup>. A Igreja Católica entra no processo de mediação do conflito iniciado em Abril de 2013 entre o Governo e Renamo sob solicitação das partes em conflito<sup>144</sup>. Quando o conflito despoletou, sobretudo ao alcançar proporções violentas, o Governo, sob pressão da Renamo, permitiu a entrada nas negociações de cinco personalidades moçambicanas provenientes de diferentes organizações da sociedade civil, nomeadamente: Doutor Lourenço do Rosário, Dom Dinis Sengulane, Padre Filipe Couto, Pastor Anastácio Chembeze e Sheik Saíde Habibe.

As personalidades acima apresentadas representam a si mesmos, não são membros de um governo nem detêm cargos políticos, sustentando a tese da *Multi-track Diplomacy* sobre a incorporação de elementos de mediação do nível mais baixo, como académicos

---

<sup>142</sup> BRANCO, Carlos. As Organizações Não-Governamentais na mediação de conflitos intra-estatais violentos: o confronto entre a teoria e a prática no processo de paz moçambicano. *Journal of International Relations*, v. 2, nº 2, 2011, pp. 84-103.

<sup>143</sup> HOSSAIN, Sharoar. *Op.cit.* nota 73.

<sup>144</sup> Em entrevista com Dom João Carlos, Bispo de Chimoio e representante da Igreja Católica nas negociações, realizada a 18/12/2020 via chamada telefónica.

e líderes religiosos. A actuação deste grupo baseia-se essencialmente em estratégias de comunicação e facilitação, preocupando-se com a qualidade da interação entre as partes e com a criação de um ambiente propício para a gestão do conflito.

Durante as 114 rondas de conversações com o governo entre Abril de 2013 e Agosto de 2015, facilitadas por essas cinco personalidades, a Renamo obteve concessões no que respeita à despolitização do sistema eleitoral e funções a assumir nas forças armadas. Entretanto, a rejeição do projecto de lei sobre o aumento da autonomia dos governos provinciais, submetido em Março de 2015 pela Renamo, intensificou as tensões políticas e a violência armada, e tornaram as conversações insustentáveis<sup>145</sup>. As negociações não resultaram naquilo que se almejava, pelo contrário, a inflexibilidade das partes e a falta de confiança conduziram à suspensão do processo.

Até neste momento, as negociações não decorriam sob a mediação de actores externos. Havia nas partes em conflito a crença de que era possível, ao nível intraestatal, encontrar actores provenientes da sociedade civil que pudessem ajudar na busca de soluções para o término do conflito, sobretudo quando era evidente a tentativa de algumas personalidades em reaproximar as partes em conflito. Nisso destaca-se o encontro que os Bispos Dinis Matsolo e Adriano Langa tiveram em Gorongosa com Dhlakama com vista a incentivá-lo a pautar pela via das conversações – geralmente, a mediação informal inicia-se dessa forma, a terceira parte se envolve no conflito por sua própria iniciativa, podendo ser útil mais tarde para apoiar uma mediação formal<sup>146</sup>.

Entre Outubro de 2015 a Dezembro de 2016, o conflito foi mais sério do que a insurreição de 2013-14; os ataques da RENAMO mantiveram-se de baixa intensidade, mas com alto impacto, com a intenção de amedrontar as pessoas e demonstrar que o governo não era capaz de garantir segurança, sobretudo a dos seus funcionários<sup>147</sup>. Este cenário, aliado à descoberta das dívidas ocultas, pressionou o Governo a concordar com a proposta da Renamo de se introduzir mediadores internacionais, os quais incluíam representantes da Igreja Católica, da União Europeia, da África do Sul, da ‘Global

---

<sup>145</sup> WEIMER, Bernhard; BUENO, Natália. Paz e Reconciliação em Moçambique: conjunturas críticas e dependência da trajectória. *IESE*, 2020, pp. 72-74.

Morier-Genoud, Eric. Proto-guerre et négociations: le Mozambique en crise, 2013-2016. *Politique Africaine*. N° 145. 2017, pp. 163-165.

<sup>146</sup> BRANCO, Carlos. *Op.cit.*, p. 90 nota 142.

<sup>147</sup> VINES, Alex. *As perspectivas de um acordo sustentável entre as elites em Moçambique: a terceira é de vez?* Chatham House. 2019,p. 18.

Leadership Foundation, para além de Jonathan Powell e os antigos presidentes de Botswana e Tanzania, Sir Ketumile Masire e Jakaya Kikwete respectivamente<sup>148</sup>.

Nesta fase de mediação, nota-se a combinação de categorias de mediadores em que, por um lado, encontramos os mediadores individuais como Kikwete, por outro, organizações como a União Europeia. Esta mediação de paz foi essencialmente um processo de *multi-track diplomacy* no qual quer os antigos representantes de Estado quer as organizações internacionais e a Igreja Católica em Moçambique tiveram um contributo para o alcance dos consensos que antecederam o acordo de paz definitiva.

A Igreja Católica esteve representada por Dom João Carlos Nunes, Bispo de Chimoio, e por Dom Edgar Penã Parra, Núncio Apostólico em Moçambique.

Quando as partes pediram a mediação internacional, estas incluíram a Igreja não apenas como instituição nacional, mas também pela sua experiência larga no assunto. Foi assim que entrou a Igreja Católica em Moçambique, indicada pela Igreja de Roma, representada por mim, Dom João Carlos, e pelo Núncio Apostólico em Moçambique, Dom Edgar Penã<sup>149</sup>.

O papel da Igreja Católica neste processo foi bastante relevante, suas actividades cingiam-se em três aspectos: reaproximar as partes, estabelecer pontes com outros actores e participar na estrutura de mediação ordinária. A Igreja sempre acompanhou, à distância, o que estava acontecendo em Moçambique, uma vez que não tinha um papel de mediação, esta influenciava por fora, ao nível das comunidades. Entretanto, quando assume o estatuto de mediador ordinário, suas funções foram acrescidas.

Por um lado, a Igreja tinha a responsabilidade de reaproximar as partes, sobretudo quando houvesse muita inflexibilidade<sup>150</sup>. Um processo de resolução de conflitos, sobretudo violentos, pode agudizar o antagonismo existente entre as partes, incluindo a troca de acusações, situação que pode comprometer o processo. Sempre que questões do género ocorressem, “através de encontros particulares com cada uma das partes, muitos decorridos na Nunciatura Apostólica, a Igreja procurava influenciar esses actores com o intuito de esclarecer alguns aspectos que podiam ajudar a rever algumas posições”<sup>151</sup>.

---

<sup>148</sup> VINES, Alexe. *Op.cit.* p, 18, nota 147.

<sup>149</sup> Em entrevista com Dom João Carlos, *op.cit.* nota 144.

<sup>150</sup> Idem.

Em entrevista com Padre Cláudio, *op.cit.* nota 109.

<sup>151</sup> Em entrevista com Dom João Carlos, *op.cit.* nota 144.

(...). Facto é que nós somos irmãos, necessitamos um do outro. Ninguém é tão sábio que não precise de outros, ou tão estúpido que não tenha algo a ensinar. Por isso, nosso objectivo durante as negociações é eliminar a inimizade, assegurar que haja paz e seguir para a reconciliação<sup>152</sup>.

A *Multi-track Diplomacy* realça a relevância de se incluir, o quanto possível, novos actores e objectivos com vista a suportar a implementação da mudança em direcção à paz<sup>153</sup>. Nisso, a Igreja Católica tem-se mostrado dinâmica no sentido de procurar estabelecer pontes entre as partes em conflito e outros actores que se julgam essenciais para o processo. Quando a Igreja julgasse que determinado actor ou instituição pudesse gerar mais-valia para o processo, ela estabelecia essa ligação.

O processo era em rondas, tínhamos encontros com as partes, nós escutávamos, e assim que terminasse a ronda os mediadores internacionais regressavam aos seus países até que marcasse a ronda a seguir. Quando houvesse alguns trabalhos, eu e o núncio, estabelecíamos encontros, preparávamos as agendas e outros aspectos relevantes ao processo de negociação. Lembro-me de um episódio que pode ajudar a entender isso. Houve um encontro numa quinta-feira para discutir as questões de descentralização e no sábado da mesma semana morre um dos actores que estava no processo de negociação. Tive que ligar para os mediadores imediatamente e informar a situação, por isso houve um atraso para a realização da ronda a seguir.<sup>154</sup>

Em coordenação com os mediadores internacionais trabalhava uma comissão mista composta por representantes do Governo e da Renamo, entretanto, passadas dezenas de sessões e mais de seis meses de trabalho o processo não mostrava resultados positivos<sup>155</sup> de tal maneira que, em Novembro de 2016, o Presidente Nyusi e Dhlakama decidiram apropriar-se mais do processo, decidindo assim iniciar negociações directas entre si por via telefónica<sup>156</sup> – assim iniciava o terceiro momento das negociações. Esta atitude mudou de forma drástica o teor das negociações e permitiu uma maior flexibilidade na sua condução, dado que as lideranças das partes em conflito envolveram-se com mais profundidade no processo e a interação directa entre estes tornou-se uma constante.

Em 3 de Fevereiro de 2017, após uma extensão de dois meses do cessar-fogo, o Governo e a Renamo confirmaram o fim da rodada de negociações existentes juntamente com a mediação internacional, e anunciaram que novas negociações, sem

---

<sup>152</sup> Em entrevista com Dom Dinis Sengulane, *op.cit.* nota 109.

<sup>153</sup> WEHRENFENNIG, Daniel. *op.cit.* nota 74.

<sup>154</sup> Em entrevista com Dom João Carlos, *op.cit.* nota 144.

<sup>155</sup> Em entrevista com Saimone Macuiane, Chefe da Delegação da Renamo nas negociações, realizada a 08/10/2020, via chamada telefónica.

<sup>156</sup> VINES, Alex. *op.cit.* p.21 nota 138.

mediadores, estavam em curso<sup>157</sup>. Estabeleceram-se duas comissões de trabalho de 6 pessoas cada: um sobre descentralização e outro sobre assuntos militares<sup>158</sup>.

Se, por um lado, as conversações sobre a Descentralização culminaram com a Revisão Pontual da Constituição da República, sob a Lei nº 1/2018 de 12 de Junho – “estrategicamente muito mais importante para a Renamo como forma de acesso ao poder político”<sup>159</sup> –, acordos sobre os Assuntos Militares, por outro, ganharam forma com a assinatura do Acordo de Cessação Definitiva de Hostilidades Militares, determinando os mecanismos a observar no processo de Desarmamento, Desmobilização e subsequente Reintegração sócio-económica dos elementos armados da Renamo e o enquadramento de parte destes nas unidades de segurança do Estado.

Qualquer processo de mediação de conflitos tem seus desafios, e este não foi excepção. Um dos principais desafios consistiu em reaproximar as partes em conflito e superar as desconfianças entre elas – há uma “incapacidade de abertura para o diálogo” por parte de alguns actores moçambicanos<sup>160</sup>. Por isso, é essencial que os mediadores tenham uma paciência como a de Jó, para assegurar que as partes em conflito se engajem nas negociações e encontrem um meio-termo para que o diálogo seja uma constante.

Segundo, as partes em negociação tinham pouco poder de negociação. Um processo de negociação em que uma parte faz-se presente às negociações sem poder de decisão, indo apenas para ouvir e levar a informação aos outros actores para tomarem a decisão, para além de ser moroso, desgastante e desincentivante, está bastante propenso ao fracasso, pelo que é fundamental que “os que vão negociar tenham conhecimento da matéria em negociação e autoridade para firmar acordos”<sup>161</sup>.

Em suma, não obstante os desafios que se lhes colocam nos processos de resolução de conflitos, a Igreja Católica tem desempenhado suas funções com zelo, de tal maneira que, mesmo quando a mediação internacional foi suspensa, sua participação na arena sócio-política continuou através dos apelos aos governantes, em particular, e a sociedade, em geral, à comprometerem-se com a paz e promoção da justiça social no seu dia-á-dia, durante as negociações e no processo de implementação dos acordos.

---

<sup>157</sup> Morier-Genoud, Eric. *Op.cit.*, p. 173-174, nota 137.

<sup>158</sup> Em entrevista com Albano Macie, membro da Comissão de Descentralização pela Frelimo, realizada a 12/11/2020 nos escritórios do CC.

<sup>159</sup> VINES, Alex. *op.cit.* p. 73 nota 138.

<sup>160</sup> Em entrevista com Dom João Carlos, *op.cit.* nota 144.

<sup>161</sup> Em entrevista com Albano Macie, *op.cit.* nota 158.

### **5.3. Acordos de Paz em Moçambique: entre continuidades e rupturas**

A construção do Estado em Moçambique sustenta-se num processo de negociações e acordos envolvendo dois principais actores: o Governo da Frelimo e a Renamo. Como os institucionalistas com enfoque histórico sugerem, o processo de criação ou reforma institucional envolve conflito de poder<sup>162</sup>. Este pressuposto encontra um enquadramento prático na realidade moçambicana quando se observa que as principais reformas na legislação que define os mecanismos de ascensão ao poder decorrem da necessidade de acomodar as reivindicações do principal partido da oposição, a Renamo, diga-se, feitas com recurso ao uso da violência física.

Desde o alcance da independência, em Moçambique já foram assinados três acordos de paz. O primeiro foi o AGP assinado em Roma em 1992, pressupondo o fim da guerra civil, a qual teve duração de 16 anos. Aliado à introdução de uma Constituição Multipartidária em 1990, a assinatura do AGP abriu espaço para o estabelecimento de uma paz duradoura e definiu os mecanismos legítimos de ascensão ao poder, neste caso as eleições.

O segundo acordo de paz, conhecido como o Acordo sobre a Cessação das Hostilidades Militares, foi assinado a 5 de Setembro de 2014 pelos presidentes da República de Moçambique e da Renamo, Armando Guebuza e Afonso Dhlakama respectivamente. Este acordo, promulgado pela Assembleia da República em 9 de Setembro de 2014, preconizava o fim das hostilidades político-militares entre os actores acima mencionados e assegurava a participação da Renamo no processo eleitoral de 2014.

O terceiro acordo ficou conhecido como o Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo, assinado a 6 de Agosto de 2019, pelo recém-eleito líder da Renamo Ossufo Momade, e o Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, e transformado em lei pela Assembleia da República a 21 de Agosto de 2019. Este acordo, tido pelos seus signatários como o acordo final, também foi assinado com o propósito de dar fim a violência armada e dar segmento efectivo ao processo de DDR, aliás, essa é a essência deste acordo.

Uma análise à essência desses três tratados revela que os conteúdos destes acordos de paz assinados ao longo da história da construção do Estado moçambicano segue uma lógica de continuidade entre si. Como defendem os neo-institucionalistas históricos, o

---

<sup>162</sup> HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. *op.cit.*, p. 21 nota 69.

passado influencia a política actual por meio de uma variedade de mecanismos, variando de instituições políticas concretas a padrões de associações de interesses<sup>163</sup>. Portanto, nos três acordos de paz encontra-se uma lógica de dependência entre os factos, quando se torna evidente que, para além de constituir um mecanismo de mitigação de conflitos e estabelecimento da paz, os acordos de 2014 e 2019 representam o aprimoramento daquilo que não foi cumprido no acordo de 1992. “(...) O AGP já trazia todos aspectos que se tem reivindicado, era abrangente. Tudo foi feito para garantir a paz, só que os governos subsequentes não puderam respeitá-lo devidamente”<sup>164</sup>.

Quando se assina o AGP, colocou-se algumas disposições de reconciliação nacional, mas em termos práticos não foram efectivados. Esta “ausência de uma reconciliação nacional na implementação do acordo abriu espaço para a ocorrência de novos conflitos”<sup>165</sup>, como aquele que iniciou depois da divulgação dos resultados eleitorais de 2009 e se prolongou até 2019.

Os conflitos e processos subsequentes que culminaram com a assinatura do Acordo sobre Cessação das Hostilidades Militares em 2014, e do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, em 2019, decorrem das reivindicações da Renamo, em parte da falta de reconciliação nacional que devia ter acontecido depois de 1992. As principais reivindicações (diga-se históricas) consistem na “reforma da legislação eleitoral (sobretudo na composição da CNE), despartidarização do Estado, reforma no sector da segurança e acesso equitativo aos recursos do Estado”<sup>166</sup>.

As reivindicações da Renamo constituem, não apenas os aspectos que dão forma aos acordos assinados em Moçambique, como também os desafios à implementação dos mesmos. A reconciliação nacional passa pela aceitação e assimilação pelas partes envolvidas no conflito, em particular, e pela sociedade, em geral, por meio de atitudes positivas e empatia<sup>167</sup>. Não menos importante, a reconciliação implica reconhecimento

---

<sup>163</sup> THELEN, Kathleen; STEINMO; Sven. Historical institutionalism in comparative politics. In THELEN, Kathleen; STEINMO; Sven; LONGSTRETH, Frank. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 2.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. *op.cit.*, p. 7 nota 69.

<sup>164</sup> Em entrevista com Saimone Macuiane, *op.cit.* nota 155.

<sup>165</sup> Em entrevista com Reverendo Albino Mussuei, *op.cit.* nota 99.

<sup>166</sup> Em entrevista com Raúl Domingos, ex-membro da Renamo e actual Presidente do PDD, realizada a 12/10/2020 nos escritórios do PDD.

<sup>167</sup> Bar-Tal e Bennink (2004, p. 15) apud WEIMER, Bernhard; BUENO, Natália. *op.cit.*, 2020, pp. 67-68 nota 137.



mútuo, coexistência-colectiva e transformação estrutural (social, económica e política)<sup>168</sup>. A apropriação desses valores e princípios pelas partes em conflito é de extrema importância para o sucesso de qualquer que seja a abordagem de reconciliação.

Uma das lições e, ao mesmo tempo desafios, a tirar na implementação dos acordos diz respeito à realização de eleições livres, justas e transparentes. A este aspecto alia-se a questão da despartidarização do Estado, que desde a implementação do AGP não foi devidamente cumprida. “As eleições em Moçambique não são organizadas de forma desejável. O Governo é também um actor interessado do processo eleitoral, por isso não pode exercer dois papéis ao mesmo tempo – ser jogador e árbitro simultaneamente”<sup>169</sup>. Os OGE’s são impelidos a conduzir as eleições de forma independente e imparcial, como forma de assegurar que os resultados eleitorais reflectam as reais escolhas do eleitorado e, os partidos políticos, por sua vez, devem ser capazes de ver nas instituições o único mecanismo ou arena para a resolução de conflitos.

Sobre os aspectos militares, o sucesso da implementação do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) sócio-económica dos homens da Renamo e posterior enquadramento destes na estrutura das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e nas unidades da Polícia da República de Moçambique, vai determinar o alcance de uma paz efectiva e reconciliação nacional – embora, o processo de sucessão dentro da Renamo e os ataques perpetrados pelos membros dissidentes deste partido possam vir a comprometer o cumprimento do DDR.

Não menos importante, é a questão da manutenção de um diálogo permanente entre o Governo e os partidos da oposição. “Durante a governação de Joaquim Chissano a interacção e consultas ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama eram maiores, mas com a ascensão de Armando Guebuza não houve continuidade da convivência entre os líderes”<sup>170</sup>. Espera-se que a indicação do actual líder da Renamo, Ossufo Momade, para Conselheiro de Estado venha reforçar os fóruns de diálogo entre o Governo e a Renamo, em particular, e deste modo, descartar a possibilidade de recorrer ao uso da força para expressar suas percepções ou reivindicações sobre aspectos da vida política do Estado.

---

<sup>168</sup> Bar-Tal e Bennink (2004, p. 15) apud WEIMER, Bernhard; BUENO, Natália. *op.cit.*, 2020, pp. 67-68 nota 137.

<sup>169</sup> Em entrevista com Lutero Simango, Chefe da Bancada Parlamentar do MDM, realizada a 2/07/2020 na Assembleia da República.

<sup>170</sup> Em entrevista com Albano Macie, *op.cit.* nota 158.

## 6. Conclusão

Nesta pesquisa procurou-se compreender a participação da Igreja Católica no processo de resolução de conflitos eleitorais, sustentando-se no pressuposto de que a Igreja católica contribui para o processo de resolução de conflitos político-eleitorais em Moçambique através da emissão das exortações pastorais e da reaproximação e condução das partes em conflito a um diálogo permanente para a resolução das suas diferenças.

Como tal, num primeiro momento se demonstrou a relação entre o Estado e as diferentes confissões religiosas ao longo da história da construção do Estado moçambicano. Sobre esse aspecto observou-se que a relação entre as confissões religiosas e o Estado foi inicialmente tensa, sobretudo de 1975 a 1981. No entanto, a realização de uma reunião com Presidente Samora, em 1982, aliviou o clima de hostilidades entre estas duas instituições e permitiu uma maior liberdade religiosa.

Nisso, verifica-se uma maior actuação das confissões religiosas na esfera pública, através de promoção de projectos de desenvolvimento em colaboração com o Estado. A realização de Conferência Nacional Religiosa, envolvendo vários segmentos da sociedade, incluindo representantes do Governo, e a ocupação de cargos públicos de direcção por personalidades provenientes de organizações baseadas na fé constituem algumas das evidências que marcam a progressão das relações entre o Estado e as confissões religiosas em Moçambique.

Sobre os mecanismos de participação e o contributo da Igreja Católica nos processos eleitorais, verificou-se que esta organização actua de duas formas. Por um lado, através da Conferência Episcopal de Moçambique, os Bispos emitem um conjunto de cartas ou exortações pastorais a partir das quais apelam aos *stakeholders* do processo eleitoral a tomarem o momento das eleições com prudência e responsabilidade cívica, com vista a evitar a ocorrência de conflitos eleitorais. Aos cidadãos exorta-se a exercerem seu direito de voto com sabedoria e discernimento, e aos partidos políticos, órgãos de gestão eleitoral, polícia e outras entidades públicas apela-se a pautarem pela imparcialidade, transparência e integridade do processo, de modo a que os resultados eleitorais reflectam as escolhas do eleitorado e não propiciem a ocorrência de conflitos.

Por outro lado, notou-se que a Igreja Católica, através da Comissão Episcopal de Justiça e Paz, participa, em colaboração com outras organizações da sociedade civil, na observação das eleições em contributo à necessidade de se assegurar a credibilização e transparência das eleições. Nas últimas eleições gerais, realizadas em Outubro de 2019, a CEJP-IC colaborou com o EISA e juntos monitoraram as eleições em oito (8) províncias do país, mesmo com as vicissitudes do processo, como a dificuldade de credenciar seus observadores.

A participação da Igreja Católica nos pleitos eleitorais confere-lhe uma certa legitimidade para participar no processo de resolução de conflitos. Não obstante ao facto de a pesquisa não fornecer elementos que mostrem a participação da Igreja Católica em todo o processo de resolução do conflito, ou seja, da sua solicitação a constituir a mesa das negociações à assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, seu papel em reaproximar as partes em conflito e incentivá-las ao diálogo permanente, bem como estabelecer contactos com actores relevantes para o processo foi bastante útil para a continuidade das negociações.

Portanto, pela observação dos aspectos analisados, conclui-se que, a Igreja Católica viu desafiada a sua relevância histórica na resolução dos recentes conflitos político-eleitorais por duas razões. Por um lado, pela sua “tardia” solicitação para constituir a mesa de mediação, e por outro, pela sua saída “relâmpago” do processo de negociação, decorrente da apropriação do processo pelas lideranças das partes em conflito. A Igreja Católica deu seu contributo para a assinatura do acordo de paz definitiva, mas não teve um papel decisivo, tão pouco sua acção e relevância se compara ao esforço encetado por esta organização religiosa para o alcance do AGP.

Concluiu-se, ainda, que, não obstante as transformações sociais, económicas e políticas que as sociedades políticas vão sofrendo, a presença e intervenção da religião, particularmente da Igreja Católica na esfera pública moçambicana mostra-se imprescindivelmente fundamental, principalmente quando se trata de processos de mediação e reconciliação de grupos políticos em conflitos.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

### Livros e artigos

ABBINK, Jon. Religion and politics in Africa: the future of “the secular”. *Africa Spectrum*. Nº 3, 2014, pp. 83-106.

ALDEN, Chris. *Mozambique and the construction the new African State: from negotiation to nation building*. New York: Palgrave MacMillan. 2001.

BARKUN, Michael. “Religious Violence and the Myth of Fundamentalism” in Weinberg, Leonard; Pedahzur, Ami. *Totalitarian Moviments and Political religions*. *A Frank Cass Journal*. Vol. 4, nº 3, 2013, pp. 55-69.

BASEDAU, Matthias; STRÜVER, Georg; VÜLLERS, Johannes. STRÜVER, Georg; VÜLLERS, Johannes. Cutting bread or cutting throats? Findings from a New Database on Religion, Violence and peace in Sub-Saharan Africa, 1990 to 2008. *Institute of Global and Area Studies*. Nº 159, 2011, pp. 1-33.

BASEDAU, Matthias et al. Do religious factors impact armed conflict? Empirical evidence from Sub-Saharan Africa. *Institute of Global and Area Studies*. Nº 168, 2011, pp. 1-32.

BERGER, Peter. *The Desecularization of the World: resurgent religion and world politics*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1999.

BERKLEY CENTER FOR RELIGION, PEACE & WORLD AFFAIRS. *Mozambique: religious peacebuilders broker end to civil war*. 2013.

BERTELSEN, Bjorn. *Violent becomings: state formation, sociality and power in Mozambique*. New York: Berghahn Books, 2016.

BOTHA, Anneli. Radicalisation in Kenya: recruitment to al-Shabaab and the Mombassa Republic Council. *Institute for Security Studies*. Nº 265, 2014, pp. 1-28.

BRANCO, Carlos. As Organizações Não-Governamentais na mediação de conflitos intra-estatais violentos: o confronto entre a teoria e a prática no processo de paz moçambicano. *Journal of International Relations*. Vol. 2, nº 2, 2011, pp. 84-103.

BRITO, Luís. Revisão da Legislação Eleitoral. Algumas propostas para o debate *In Brito, Luís. et al. (Org), Desafios para Moçambique 2011, 2012*, Maputo: IESE, pp. 91-107.

BRITO et al. *Moçambique 2003: uma avaliação do potencial de conflito*. Maputo: Centro de Estudos da População-UEM, 2003, pp. 1-101.

BRUCE, Heilman; KAISER, Paul. Religião, identidade e política na Tanzânia. *Third World Quarterly*. Vol. 23, n.º 4, 2002, pp. 691-709.

CABRITA, João. *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. London: Palgrave MacMillan. 2000.

CAHEN, Michael. Mozambique: une guerre civile si évitable. *Le Monde*. 2015. publicado em 7 de julho de 2015, acessado em 03 de março de 2020.

CHAIMITE, Egídio. *Administração eleitoral em Moçambique: reformas necessárias*. IESE. N.º 92. 2016, pp. 1-2.

CAMPELO, Nicolas. Who are the European youths willing to engage in radicalisation? A multidisciplinary review of their psychological and social profiles. *European Psychiatry*. N.º 52, 2018, pp. 1-14.

CANNON, Brendon; PKALYA, Dominic. Why al-Shabaab attacks Kenya: Questioning the Narrative Paradigm. *Terrorism an Political Violence*. 2017, p. 1-17.

CHICHAVA, Sérgio; CHAIMITE, Egídio. *A sociedade civil nas eleições de 2014 em Moçambique: oportunidade de afirmação perdida?* Maputo: IESE; 2015.

CHRISTMANN, Kris. Preventing religious radicalisation and violent extremism: a systematic review of the research literature. *Youth Justice Board*. 2012, pp. 1-78.

CLARK, John. The decline of the African Military Coup; *Journal of Democracy*. Vol. 18, n.º 3, 2007, pp. 151-155.

CONTEH, Prince. The role of religion during and after the civil war in Sierra Leone. *Journal for the study of Religion*. Vol. 24, n.º 1, 2011, pp. 55-76.

CORTÊS, Emmanuel O. Porquê o conflito armado em Moçambique? Enquadramento teórico, dominância e dinâmica de recrutamento nos partidos da oposição. *Observatório Político*, n.º 63, 2016.

DARCH, Colin. *Uma história de sucesso que correu mal?* O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica. FES, 2018.

DELLA ROCCA, Morozzo. *Moçambique da guerra à paz: história de uma mediação insólita*. Maputo: Livraria Universitária, 1998.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leornado. The quality of democracy: an overview. *Journal of Democracy*, v. 15, n.º 4, 2004.

DIAMOND, Larry. The rule of law versus the Big Man, in DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc. *Democratization in Africa. Progress and Retreat*, Washington, The John Hopkins University Press, pp. 47-58.

- DOLNIK, Adam; GUNARATNA, Rohan. On the nature of religious terrorism. In HAYNES, Jeffrey. *Routledge Handbook of Religion and Politics*. New York: Routledge, 2009, pp. 34-350.
- DUDOUET, Véronique; DRESSLER, Matteo. *From power mediation to dialogue facilitation: assessing the European Union's approach to Multi-track Diplomacy*. Berghof Foundation. 2016, p. 10.
- EMERSON, Michael; HARTMAN, David. The rise of Religious Fundamentalism. *Annual Review of Sociology*. Vol. 32, 2006, pp. 127-144.
- ERTIT, Volkan. Secularization: the decline of the supernatural realm. *Religious*. Vol. 92, n° 9, 2018, pp. 1-18.
- FAHMI, Georges; MEDDEB, Hamza. Market for Jihad radicalization in Tunisia. *Endowment for International Peace*. 2015, pp. 1-31.
- FORQUILHA, Salvador. *Descentralização e conflito em Moçambique: os desafios da construção do Estado*. IESE – Desafios para Moçambique 2017, pp. 35-59.
- FOX, Jonathan. World Separation of Religion and State into the 21<sup>th</sup> century. *Comparative Political Studies*. Vol. 39, n° 5, 2006, pp. 537-569.
- GEFFRAY, Christian. *La cause des armes au Mozambique: antropologie d'une guerre civile*. Nairobi: Karthala, 1990.
- GIL; António. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Anthony. Religion and comparative politics. *Annual Review of Political Science*. N° 4, 2001, p. 120.
- GONÇALVES, Jaime Pedro. *A Paz dos Moçambicanos*. Beira, 2014.
- GORJÃO, Paulo. Moçambique: um país à beira do precipício. *IPRIS Comentário*. N° 48, 2016.
- GHORI, Karamatullah. Fundamentalism in the United States and the muslim world. *Pakistan Horizon*. Vol. 60, n° 3, 2007, pp. 57-72.
- GROPPI, Michele. Na Empirical Analysis of Causes of Islamist Radicalisation Italian Case Study. *Terrorism Research Institute*. Vol. 11, n° 1, 2017, pp. 68-76.
- HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. *A radicalização islâmica no norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia*. Cadernos IESE. N° 17, 2018.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. *Political Science and the Three New Institutionalisms*. Presented at the MPIFG Scientific Advisory Board, 1996. pp. 1-32.

HAYNES, Jeffrey. Conflict, conflict resolution and peace-building: the role of religion in Mozambique, Nigeria and Cambodia. *Commonwealth & Comparative Politics*. Vol. 47, nº 1, pp. 52-75, 2009.

HINDS, Róisín. *Islamic radicalisation in North and West Africa: drivers and approaches to tackle radicalisation*. (rapid literature review). UK: GSDRC, University of Birmingham. 2013, pp. 1-19.

HOSSAIN, Sharoar. *Application of Multi-track Diplomacy for peacebuilding: a case study of reconciliation process of post Kargil War*. pp. 1-12.

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática. 1994.

IDEA. *International Electoral Standards: Guidelines for reviewing the legal framework of elections*, 2002.

IGREJA, Victor. *Os recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique*. Maputo: IESE, 2015.

\_\_\_\_\_. Amnesty, law, political struggles for legitimacy and violence in Mozambique. *International Journal of Transitional Justice*. Vol. 9, 2015, p. 239-258.

ILO, Paul. Faith-based organizations and Conflict Resolution in Nigeria: the case of the Christian Association of Nigeria (CAN). *Journal of Global Initiatives*. Vol. 9, nº 2, 2014, pp. 99-208.

KASTORYANO, Riva. *Radicalization in Europe*. 2017, pp. 1-6.

KATZ, Neil; McNULTY, Kevin. *Conflict Resolution*, 1994.

KISS, Peter. *Islamic fundamentalism and political violence in Europe*. 2010.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. (Trad. Patrícia de Queiroz carvalho Zimbres, 1999). São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOUMAGNE, Megan. *The rise of fundamentalism and the concept of sin*. Vol. 106, nº 422, 2017, 183-192.

LYNCH, Gabrielle; CRAWFORD, Gordon. Democratization in Africa 1990-2010: an assessment. *Democratization*, Vol. 18, nº 2, 2011, pp. 275 -310.

MACUANE, José. Reforma, contestação eleitoral e consolidação da democracia em Moçambique, Maputo: *Revista Inter-Universitária*, Vol. 1, nº 3, 2010, p. 112-132.

MAPENDERE, Jeffrey. Track-one and a half diplomacy and the complementarity of tracks. *Culture of Peace Online Journal*. Vol. 2, nº 1, 2006, pp. 66-81

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. *Metodologia Científica*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, Francisco. Participação política, legitimidade e eficácia democrática. *CADERNO CRH*. Salvador. Vol. 23, nº 60, p. 593, 2010.

MARTINS, Gilberto. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAWSON, Amy. *Compromise and trust-building after civil-war: elections administration in Mozambique, 1994*. Innovations for Successful Societies. 2010, pp. 1-11.

MAZULA, Brazão; MACHILI, Carlos; MAIA, Juarez de (Coords.). *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, 1995.

MEISENBERG, Gerhard. Secularization and Deseccularization in our time. *The Journal of Social, Political and Economic Studies*. Vol. 36, nº 3, 2011, pp. 1-43.

MICHEL, Maria. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2005.

MOADDEL, Mansoor; KARABENICK, Stuart. Religious fundamentalism among young muslims in Egypt and Saudi Arabia. *Social Forces*. Vol. 86, nº 4, 2008, pp. 1675-1710.

MOLLER, Bjorn. Religion and conflict in Africa: with a special focus on east Africa. *DIIS Report*, nº 6, 2006, pp. 1-140.

MORIER-GENOUD, Eric; ANOUILH, Pierre. *The Catholic Church in Mozambique under revolution, war, and democracy*. Queen's University and University of Bordeaux, Research Gate, 2012.

MORIER-GENOUD, Eric. The Jihadi Insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning. *Journal of Eastern African Studies*, 2020.

\_\_\_\_\_. *Proto-guerre et négociations: le Mozambique en crise, 2013-2016*. *Politique Africaine*. Nº 145. 2017, pp. 153-175.

\_\_\_\_\_. The 1996 ‘Muslim Holidays’ Affair: religious competition and state mediation in contemporary Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, v. 26, nº 3, 2020, pp. 409-427.

\_\_\_\_\_. *Of God and Caesar: the relation between christian churches and the State in post-colonial Mozambique, 1974-1981*, *Le fait Missionnaire*, 1996, p. 51-53.



NUREEV, Rustem. The Evolution of institutional Theory and its structure. In OLEINIK, Anton. *The Institutional Economics of Russia's Transformation*. London: Routledge. 2005, p. 11.

NUVUNGA, Adriano; SALIH, M A Mohamed. Mozambique's 2009 elections: framing Democratic consolidation in context. *Journal of African Elections*. Vol. 9, nº 1, 2010, pp. 34-53.

NUVUNGA, Adriano. *Multiparty democracy in Mozambique: strengths, weaknesses and challenges*. EISA, nº 14, 2005. pp. 1-86.

ONUOHA, Freedom. Why do youth join Boko Haram? *US Institute of Peace*. Nº 348, 2014, pp. 1-13.

ORAV, Anita. Religious fundamentalism and radicalisation (briefing). EPRS, 2015, pp. 1-8.

PARIS, Roland. *At war's end: building peace after civil conflict*. New York: Cambridge University Press. 2004.

PERLIGER, Arie; MILTON, Daniel. Motivations and radicalization of Jihadist foreign fighters. *Combating Terrorism Center at West Point*. 2016, pp. 15-33.

PETERS, Guy. Institutionalism Old and New. In PETERS, Guy. *Institutional Theory in Political Science: the 'new institutionalism'*. London: A Cassell imprint. 1999.

POSNER, Daniel; YOUNG, Daniel. The institutionalization of political power in Africa. *Journal of Democracy*. Vol. 18, nº 3, 2007.

PREMPEH, H. Kwasi; Progress and Retreat in Africa: Presidents Untamed; *Journal of Democracy*. Vol. 19, nº 2, 2008.

PROCOPIUCK, Mario. *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 2013.

RESENDE, Madalena; ALMEIDA, Claudia. O papel da Igreja Católica na democratização pós-guerra em Angola e Moçambique. *Relações Internacionais*. 2018, pp. 43-63.

REYCHLER, Luc. Religion and conflict. *International peace Research Association*. Vol. 2, nº 1, 1997, pp. 19-38.

RINK, Anselm; SHARMA, Kunaal. The determinants of religious radicalization: evidence from Kenya. *Journal of Conflict Resolution*. Vol. 62, nº 6, 2018, pp. 1229-1261.

ROBERTS, Pepe; SEDDON, David. Fundamentalism in Africa: Religion and politics. *Review of African Political Economy*. Nº 52, 1991, pp. 3-8.

RONEN, Yehudit. Religious at war, religious at peace: the case of Sudan. *Zeitschrift für Politik*. Vol. 52, nº 1, 2005, pp. 80-96.

ROSÁRIO, Domingos. Órgãos de Administração Eleitoral em Moçambique: entre a (im)parcialidade, (in)dependência e a procura de transparência nas eleições “competitivas” em tempos de regimes híbridos: 1994-2019 in ROSÁRIO, Domingos; GUAMBE, Egídio; SALEMA, Ericino (Org.). *Democracia Multipartidária em Moçambique*, 2020, pp. 131-150.

RHODES, R.A.W; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert. *The Oxford Handbook of Political Institutions*. New York: Oxford University Press, 2006.

SOARES, Edvaldo. *Metodologia Científica: lógica, epistemologia e normas*. São Paulo: Atlas, 2003.

SULTAN, Zulkifli; HASSAN, Muhammad. Insights from recent study on roots of violent radicalization in the UK. *Counter Terrorist Trends and Analysis*. Vol. 4, nº 5, 2012, pp. 2-6.

SMOCK, David. Religion in world affairs its role in conflict and peace. *US Institute of Peace*. 2008, pp. 1-9.

STEINMO, Sven. *What is historical institutionalism?* In *Approaches in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SVENSSON, Isak. Fighting with faith: religion and conflict resolution in civil wars. *The Journal of Conflict Resolution*. Vol. 51, nº 6, 2007, pp. 930-949.

SWATOS, William; CHRISTIANO, Kevin. Secularization theory: the course of a concept. *Sociology of Religion*. Vol. 60, nº 3, 1999, pp. 209-228.

TERENCIANO, Fidel; BRAGA, Maria S.S.; SOUZA, Carlos A.S. *Partidos e competição eleitoral nas eleições de 2014 em Moçambique*. 2016.

THELEN, Kathleen; STEINMO; Sven. Historical institutionalism in comparative politics. In THELEN, Kathleen; STEINMO; Sven; LONGSTRETH, Frank. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 2.

VASCONCELOS-SOUSA, José. *Mediação*. Quimera Editores, 2002.

VINES, Alex. *As perspectivas de um acordo sustentável entre as elites em Moçambique: a terceira é de vez?* Chatham House. 2019.

VOOR HET REGERINGSBELEID, Wetenschappelijke R.; SCIENTIFIC COUNCIL FOR GOVERNMENT POLICY. *Dynamism in Islamic Activism*. Amsterdam University Press. 2006, pp. 57-108.

WATKINS, Eric. Al-Shabaab militancy undermines Kenya's LAPSSET. *Counter Terrorist Trends an Analysis*. Vol. 8, nº 6, 2016, pp. 9-13.

WEHRENFENNIG, Daniel. Multi-track Diplomacy and Human security. *Human Security Journal*. Vol. 7, 2008, pp. 80-89.

WEIMER, Bernhard; BUENO, Natália. Paz e Reconciliação em Moçambique: conjunturas críticas e dependência da trajectória. *IESE*, 2020, pp. 65-95.

WUTHNOW, Robert. Understanding Religion and politics. *American Academy of Arts and Sciences*. Vol. 120, nº 3, 1991, pp. 1-20.

ZENN, Jacob. Demystifying al-Qaeda in Nigeria Cases from Boko Haram's Founding, Launch of Jihad and Suicide Bombings. *Perspectives on Terrorism*. Vol. 11, nº 6, 2017, pp. 173-189.

### **Cartas Pastorais**

CEM. Solidários por um Moçambique melhor, 9 de Julho de 1994.

CEM. Votar é contribuir para o Bem Comum, 23 de Novembro de 1997.

CEM. Votar é servir a Pátria, 16 de Abril de 1999.

CEM. Justiça e transparência nas eleições, 28 de Agosto de 2003.

CEM. Exigências de eleições livres, justas e transparentes, 25 de Agosto de 2008.

CEM. Re-edição das Cartas Pastorais: contributo reflexivo no quadro das próximas eleições 2018/2019, Maputo, 2018.

### **Monografias, Dissertações e Teses**

ALMEIDA, Ferdinando. *A relação Estado-Igreja Católica da independência aos acordos de Roma*. 1997. Monografia (apresentada ao final do curso de licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM, Maputo.

GUJAMO, Rufino. *A transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004*. 2016. (Doutoramento em História, especialidade em Dinâmicas do Mundo Contemporâneo) – Universidade de Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora.

PEREIRA, Helena. *O papel da igreja católica no processo de desenvolvimento em Moçambique*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PIRES, Raúl. *Indianos sunitas em Moçambique 1974-2004*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Asiáticos) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.

VILANCULOS, Júlio. *Role played by church and state in the democratisation process in Moçambique, 1975-2004*. 2013. (A thesis submitted in fulfilment of the requirements for the degree of Philosophiae Doctor in the Faculty of Pretoria),.

WAFULA, Nyongesa. *The role of the church in promoting reconciliation in 2008-2013 post-election violence Kenya*. 2014. (A research project submitted in partial fulfillment for the requirement of the degree of Masters of Arts in International Studies to the Institute of Diplomacy and International Studies of the University of Nairobi).

## **Leis**

MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique de 1975.

\_\_\_\_\_. Constituição da República de Moçambique de 1990.

\_\_\_\_\_. Decreto nº7/2015 de 3 de Junho aprova o Regulamento das Tolerâncias de Ponto.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4/71 de 21 de Agosto promulga as bases relativas à Liberdade Religiosa

\_\_\_\_\_. Lei nº 13/92 de 14 de Outubro aprova o Acordo Geral de Paz.

\_\_\_\_\_. Lei nº 29/2014 de 9 de Setembro aprova o Acordo sobre a Cessação das Hostilidades Militares.

\_\_\_\_\_. Proposta de Lei/354/08.08.2019 atinente ao Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1/2018 de 12 de Junho aprova a Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique)

\_\_\_\_\_. Proposta de Lei de Liberdade Religiosa.

## Relatórios

CEURBE. *Os legalmente incapturáveis: desordem governa os 45 dias de campanha eleitoral 2019*. 2ª edição. 15 de Outubro de 2019, pp. 1-6.

COREM. *Relatório do Lançamento da Plataforma Nacional sobre Mulheres, Paz, reconciliação e Segurança – PNMPS*. Maputo, 2019.

\_\_\_\_\_. *The Beira Declaration 2018*, aprovado na Beira em 31 de Janeiro de 2018

EISA. *Relatório sobre as eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais 2014*. Maputo, nº 35, 2016.

MOE-UE. *Eleições Gerais e das Assembleias Provinciais – 15 Outubro 2019*. 2020.

\_\_\_\_\_. *Relatório final sobre as eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais – 2009*. Maputo, 2010, pp. 1-74.

MJACR. *Relatório da II Conferência Nacional das Confissões Religiosas*. Maputo, 2015.

\_\_\_\_\_. *Relatório da III Conferência Nacional das Confissões Religiosas*. Maputo, 2017.

\_\_\_\_\_. *Relatório da IV Conferência Nacional das Confissões Religiosas*. Maputo, 2018.

\_\_\_\_\_. *Relatório da V Conferência Nacional das Confissões Religiosas*. Maputo, 2019.

THE CARTER CENTER. *Observing the 1999 elections in Mozambique*. Maputo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Presidential, legislative and provincial assembly elections in Mozambique – October 2014*. Maputo, 2015.

\_\_\_\_\_. *Observação das eleições de Moçambique 2004*. Maputo, 2005.

## Jornais

BARBIER, Adrien. Au Mozambique, la guerre silencieuse. Le Monde. 2016. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/afrique/article/2016/02/09/au-mozambique-la-guerre-silencieuse\\_4862019\\_3212.html](https://www.lemonde.fr/afrique/article/2016/02/09/au-mozambique-la-guerre-silencieuse_4862019_3212.html)

LUSA, Tolerância de ponto em Moçambique pela festa muçulmana do sacrifício. 2020. Disponível em <https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/tolerancia-de-ponto-em-mocambique-pela-festa-5f231d7c5c59ce452aceec8a>

MATIAS, Leonel. Governo e Renamo retomam negociações. DW – Maputo. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/governo-e-renamo-retomam-negocia%C3%A7%C3%B5es/a-37831643>

NOTÍCIAS ONLINE. Hoje há tolerância de ponto para trabalhadores muçulmanos. 2015. Disponível em: <https://jornalnoticias.co.mz/index.php/arquivo/41-canaais/breves/39898-hoje-ha-tolerancia-de-ponto-para-trabalhadores-muculmanos>

PORTAL DO GOVERNO. Tolerância de ponto para todo o dia de sexta-feira.. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Tolerancia-de-ponto-para-todo-o-dia-de-sexta-feira>

VOAFRIQUE, Le president mozambicain annonce une réforme constitutionnelle pour faire avancer la paix. 2018. Disponível em: <https://www.voafrique.com/a/le-president-mozambicain-annonce-une-reforme-constitutionnelle-pour-faire-avancer-la-paix/4242987.html>

ZACARIAS, Amós; SILVA, Romeu. Moçambique: assinando o acordo de paz definitiva e reconciliação nacional. DW – Maputo. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-assinado-o-acordo-de-paz-definitiva-e-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-nacional/a-49919241>

## ANEXOS

<b>Nº</b>	<b>Categoria</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Posição</b>	
<b>01</b>	Representante das partes em conflito	Governo	Albino Macie	Membro da Comissão de Descentralização
		Renamo	Saimone Macuiane	Chefe da delegação
<b>02</b>	Representante das Confissões religiosas	Igreja Católica	Dom João Carlos	Bispo de Chimoio
			Brás Gusmão	CEJP – CEM
			Padre Cláudio	Padre Católico
		COREM	Reverendo Albino Mussuei	Secretário-Geral do Conselho das Religiões de Moçambique
		CISLAMO	Sheik Abdul Carimo	Secretário-Geral do CISLAMO
		CCM	Pastor João Damião	Secretário-Geral do CCM
Dom Dinis Sengulane	Bispo Emérito da Igreja Anglicana			
<b>03</b>	Representantes de partidos políticos	PDD	Raúl Domingos	Ex-membro sénior da Renamo e actual Presidente do PDD
		MDM	Lutero Simango	Chefe da Bancada Parlamentar do MDM
<b>04</b>	Direcção Nacional de Assuntos Religiosos	Sheik Saide Habibe	Técnico Superior N1 da DNAR	
<b>05</b>	Observatório Eleitoral	Bispo Dinis Matsolo	Antigo Presidente do Observatório Eleitoral	
<b>06</b>	Académicos	Teresa Cruz e Silva	Professora de História na UEM	
		Obede Baloi	Professor de Sociologia na UEM	

## **Guião de Entrevista**

### **Parte I: Relação Estado e Religião**

1. As relações entre as confissões religiosas e o Estado variaram ao longo do tempo, da história de Moçambique. Como é que esta relação se caracteriza desde os primeiros anos da independência de Moçambique aos dias actuais?
2. Qual é a relação entre as confissões religiosas entre si? Pode se falar da existência de conflitos inter-religiosos no país?
3. Quais os principais constrangimentos ou desafios enfrentados pelas confissões religiosas hoje? Que estratégias adoptam para superar estes constrangimentos?

### **Parte II: Igreja Católica, Processos Eleitorais**

4. Qual é o papel da Igreja Católica no processo de desenvolvimento político e social do país?
5. Que actividades a Igreja Católica têm desenvolvido durante os processos eleitorais, em todas as fases, desde as eleições de 1994 às de 2019?
6. Como é que a Igreja Católica faz o recrutamento dos observadores eleitorais? Com quantos observadores a Igreja Católica participa nos processos eleitorais? Há uma cota definida de observadores a colocar à disposição das organizações com quem colabora?
7. Qual tem sido o papel da Igreja Católica na prevenção de conflitos e promoção da paz durante os processos eleitorais? Há iniciativas para prevenir a ocorrência de conflitos durante as eleições? Como são coordenadas as actividades?
8. Quais são os desafios enfrentados para a participação e durante os processos eleitorais?

### **Parte III: Igreja Católica e Resolução de Conflitos**

9. Como é que a Igreja Católica chega a participar no processo de resolução de conflitos em Moçambique?
10. Qual é o seu papel nesse processo? Que actividades concretas desempenham durante o processo?
11. Que acções a Igreja Católica têm tomado uma vez alcançado o acordo de paz? Há um acompanhamento com vista a tornar a mudança no pós-conflito mais sustentável e assegurar a reconciliação nacional?
12. Que desafios e limitações a Igreja Católica e suas lideranças enfrentam no âmbito de mediação dos conflitos?
13. Os representantes da Igreja Católica nesses processos têm alguma formação ou experiência na área?